

# **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Departamento de Economia

## **Monografia**

### **As formas aparentes das crises em Marx**

*Bruno Miller Theodosio*

*Orientador: Prof. Dr. Eleutério Fernando da Silva Prado*

Códigos JEL: B14, B24, P16

**São Paulo**

**2015**

# **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Departamento de Economia

## **Monografia**

### **As formas aparentes das crises em Marx**

Trabalho apresentado como Monografia de  
conclusão do curso de Ciências Econômicas  
da FEA-USP

*Bruno Miller Theodosio (nº USP: 7601048)*

*Orientador: Prof. Dr. Eleutério Fernando da Silva Prado*

Códigos JEL: B14, B24, P16

**São Paulo**

**2015**

A Thor e Zeus, meus grandes  
companheiros, confidentes e “irmãos”  
peludos, por serem os melhores cachorros  
que alguém pode ter.

## **Agradecimentos**

Aos meus pais queridos fica um grande e profundo agradecimento por tudo. Minha mãe, Naita, que me ensinou a ter o olhar crítico para as mazelas do mundo e amar o meu semelhante, a grande heroína da minha vida. Meu pai, Walter, no qual me espelho e tenho como referência de caráter e hombridade e que me mostrou na prática o sentido da amizade e do companheirismo. Sem vocês nenhum sonho seria sonhado e nenhum plano faria sentido. Deixo também um agradecimento especial aos meus dois avôs Walter e Cássio, carinhosamente chamados de Vavá e Cacá: o primeiro alimentou meu amor pelo conhecimento e admiração pela Academia, o segundo alimentou meu amor pela vida e admiração pelos amigos. À família, muito obrigado pelo amor e companheirismo, qualquer palavra estará necessariamente aquém dos sentimentos.

Agradeço ao meu orientador, o Prof. Dr. Eleutério Prado, que incentivou a escolha audaciosa do tema de pesquisa elogiando o interesse de um jovem por teoria crítica. Sem sua incansável ajuda e apoio eu não teria aguentado levar esta pesquisa até o final. As minhas visitas ao seu blog, nossas reuniões, suas aulas e cada encontro pelos corredores da FEA sempre me ensinaram muito. Muito obrigado por ter alimentado um sonho e, mais do que isso, tê-lo sonhado comigo.

Além do meu orientador, outros professores foram fundamentais na minha formação acadêmica, para que eu chegasse até aqui. Especialmente a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Leda Paulani, que desde o início da minha Graduação na FEA USP sempre foi umas das minhas maiores referências (em todos os âmbitos!), me auxiliou muito em diversas conversas e discussões. Dentro da sala de aula eu não deixo de reconhecer que foi ela quem me formou em Marx no seu curso de “Teoria do Valor”, me apresentando o autor de forma sólida, firme e apaixonada – o qual, aliás, cursei duas vezes, a segunda delas por puro prazer. Igualmente central na minha formação teórica no âmbito da Crítica da Economia Política, a quem agradeço, é ao Prof. Dr. Jorge Grespan, sempre atencioso às minhas dúvidas e referência central na minha forma de trabalhar os temas aqui debatidos. Foram suas obras e aulas de “Teoria da História” que despertaram o meu interesse pelo tema da crise a partir de Marx, sob uma leitura alicerçada na dialética materialista. É um imenso orgulho ter sido aluno dos dois.

Outros professores marcaram minha vida intelectual e merecem ser citados porque fizeram parte direta ou indiretamente da minha maturação intelectual e contribuíram para as minhas reflexões. Não posso, contudo, fazer agradecimentos individuais sob pena de não ter as palavras certas para o que cada um representou para mim. Agradeço com muito entusiasmo: Prof. Wanderley Scatolin, Prof. Dr. Paulo De Tarso Presgrave Leite Soares, Prof. Dr. Jorge Soromenho, Prof. Dr. Pedro Garcia Duarte, Prof. Dr. Gilberto Tadeu Lima, Prof. Dr. Mauro Rodrigues, Prof. Dr. Márcio Nakane, Prof. Dr. Nelson Nozoe, Prof. Dr. Alexandre Saes, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lenina Pomeranz, Prof. Dr. Jean-Paul Cabral Veiga da Rocha, Prof. Dr. José Flávio Motta, Prof. Dr. Ricardo Madeira, Prof. Dr. João Sayad, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Bianchi, Prof. Dr. Fernando Rugitsky e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Laura Carvalho.

Também agradeço à Universidade de São Paulo pela bolsa de Iniciação Científica concedida que culminou neste trabalho.

No caminho da vida encontramos pessoas especiais que se tornam nossos amigos, sendo alguns destes centrais em todo esse meu processo da formação teórica e política. Agradeço imensamente aos amigos e amigas: Guilherme Klein, Danilo Queiroz, Jonatan Sena, Edson Mendonça, Prof. Dr. Rodnei Nascimento, Bárbara Lombardi, Thomás de Barros, André Castro, Flávio Petracioli, Flávia Ferrari, Juliano Polidoro, Júlio Fonseca, Lucas Rosa, Lígia Petrini, Gabriel Lourenço, Caetano Patta pelos intensos debates acadêmicos, conversas e discussões.

Termino agradecendo algumas pessoas sem as quais a FEA não funcionaria: os funcionários. Desde as equipes de limpeza e segurança, o pessoal da xerox, funcionários dos restaurantes, bibliotecas e diversos setores acadêmicos, muito obrigado! Vocês são fundamentais para o bom funcionamento desta Faculdade. Lidei diretamente com algumas pessoas que merecem menção e agradecimento: Luciano Gasperini, Valdir Borges e Ricardo Bueno, muito obrigado.

## Sumário

Esta pesquisa objetiva expor a teoria da crise de Marx de um ponto de vista dialético. Delineamos uma explicação da crise capitalista a partir da relação entre a forma como a crise aparece na superfície da sociedade capitalista e sua *essência*. A explicação, a partir da exposição da relação-capital e sua lógica, mostra que a contradição da lógica expansiva do valor engendra a crise. Também se faz uma crítica ao marxismo positivista (que explica a crise pela esfera da circulação).

Nossa metodologia é a leitura de textos de Marx e a exposição dos resultados a partir da dialética materialista. Tal método é aquele que se apreende o capital em seus próprios termos, fazendo sua lógica se impor ao pesquisador, que tem de expô-la.

A leitura das obras marxianas nos trouxeram como resultado que, de um ponto de vista dialético que a Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro (LQTTL) é a causa da crise, pois resulta das tendências do capital sob concorrência. As barreiras à valorização que contradizem a lógica expansiva do valor foram apresentadas como *desmedida*, a perda da autorreferência do próprio processo capitalista. A crise capitalista é uma crise de *sobreacumulação causada* pela LQTTL e aparece como *desmedida* de formas distintas: o fosso entre produção e consumo, a não fluidez das figuras de capital em seus ciclos na circulação, a inexistência de um fundo de reserva para reposição do capital, a desproporção intersetorial, o subconsumo e a autonomização das finanças ante o sistema. É por isso que nosso resultado final é que a crise deve ser exposta dialeticamente a partir figura de capital e que a LQTTL é a *causa* da crise, enquanto os fenômenos advindos da circulação são suas *formas de manifestação*.

## Índice

<b>1. Colocação do problema: positivismo e dialética</b> .....	<b>10</b>
1.1 A crise como objeto da ciência da riqueza fetichizada.....	<b>10</b>
1.2 O marxismo positivista.....	<b>11</b>
1.3 Marxismo positivista como intérprete da aparência: a crise advinda da circulação.....	<b>15</b>
1.4 O método totalizante: a dialética materialista .....	<b>17</b>
1.5 Dialética materialista e o nexo entre forma e conteúdo .....	<b>19</b>
1.6 Marx como leitor de Hegel – Essência e aparência da relação-capital: produção e circulação .....	<b>21</b>
<b>2. A crise no Livro I</b> .....	<b>26</b>
2.1 Dialética entre essência e aparência .....	<b>26</b>
2.2 A interrupção da circulação simples e a crise abstrata: crise monetária .....	<b>29</b>
2.3 Mistificação e desmistificação: fetichismo como metonímia .....	<b>33</b>
2.4 As classes e o capital.....	<b>36</b>
2.5 Capital x Trabalho: a fonte das contradições .....	<b>41</b>
2.6 O fosso entre produção e consumo: produtividade e desmedida .....	<b>44</b>
<b>3. A crise no Livro II</b> .....	<b>46</b>
3.1 As três figuras de capital e suas crises: desmedida .....	<b>46</b>
3.2 Capital fixo e capital circulante e seus fundos de reserva .....	<b>48</b>
3.3 Os esquemas de reprodução: a medida do (des)equilíbrio .....	<b>51</b>
3.4 Desproporção intersetorial e subconsumo: a desmedida como forma de manifestação abstrata da crise .....	<b>56</b>
<b>4. A crise no Livro III</b> .....	<b>58</b>
4.1 Concreção e concorrência: o capital como totalidade .....	<b>58</b>
4.2 Transformação do mais-valor em lucro e suas taxas para o capitalista individual.....	<b>60</b>
4.3 Formação da taxa média de lucro e transformação dos valores em preços de produção ....	<b>62</b>
4.4 Produtividade do trabalho: composição orgânica do capital e “exército industrial de reserva” .....	<b>66</b>
4.5 Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro: <i>essência</i> da crise.....	<b>68</b>
4.6 As causas contrariantes e o antideterminismo: lei tendencial .....	<b>71</b>
4.7 LQTTL e a crise determinada: subjetividade contraditória da relação-capital e desmedida	<b>73</b>
4.8 Produção de capital e natureza da crise capitalista: a <i>sobreacumulação</i> periódica.....	<b>75</b>
4.9 O capital portador de juros: forma irracional do capital e o fetiche em sua pureza .....	<b>77</b>
4.10 Esfera financeira: autonomização <i>relativa</i> .....	<b>80</b>
4.11 Capital fictício: aprofundamento do fetiche.....	<b>81</b>
4.12 A crise das finanças e a desmedida .....	<b>82</b>
<b>5. Conclusão</b> .....	<b>84</b>

5.1 À Guisa de conclusão: as formas de manifestação e a essência da crise.....	84
<b>6. Referências bibliográficas.....</b>	<b>87</b>



## **Índice de Tabelas**

Tabela 1 – <b>O sistema de oposições da circulação simples</b> .....	30
Tabela 2 – <b>Figuras materiais e categorias de capital</b> .....	48
Tabela 3 – <b>Tabela de Valores e Preços</b> .....	64

## 1. Colocação do problema: positivismo e dialética

“As tendências gerais e necessárias do capital devem ser diferenciadas de suas formas de manifestação.”

(Karl Marx)

### 1.1 A crise como objeto da ciência da riqueza fetichizada

Karl Marx não foi um cientista social tal qual se entende a figura do cientista atualmente. Diferentemente da atual segmentação do saber em áreas determinadas, ele contribuiu para os mais diversos campos das ditas Ciências Humanas: da Filosofia à Economia Política, passando pela Sociologia, Ciência Política, etc. Sendo um autor que estudou a sociedade do ponto de vista da *totalidade* ele não pode ser, portanto, segmentado como mero economista, sociólogo ou filósofo. Contudo, diversos pesquisadores forjados nestes campos do saber valeram-se dos textos marxianos para encontrar neles respostas às suas perguntas. Assim, seus textos acabaram sendo segmentados em passagens que contribuíssem para cada estudo específico. Por exemplo, os economistas debruçaram-se sobre as obras de maturidade do autor, nas quais despontam as mais acabadas discussões de cunho econômico (mesmo que não estritamente, vide o debate sobre o fetichismo, que não é mera discussão econômica). Dado que em sua obra mais importante, “*O Capital*”, Marx debate fundamentalmente questões da dinâmica da economia mercantil generalizada, a sociedade capitalista, os economistas marxistas valeram-se desta obra para discutir os fatos econômicos no capitalismo: trocas, questões distributivas, geração e apropriação do valor, discussões acerca da formação de preços, juro, lucro, etc.

Todavia, um dos temas caros à Ciência Econômica (transfiguração positivista da velha Economia Política) é o tema da crise econômica: como ela surge, quais os seus mecanismos de propagação e como superá-la – notadamente, depois da crise que eclodiu

em meados de 2007 nos mercados de *subprime* nos Estados Unidos da América do Norte e se espalhou mundo afora a temática da crise mostrou-se renovada mesmo para os economistas menos críticos<sup>1</sup>, não marxistas.

Nos tempos de Marx, o consenso teórico na Economia Política assentava-se na vigência da Lei dos mercados de Say, implicando que não poderia haver crises gerais de superprodução na economia mercantil pois o que era ofertado gerava sua própria demanda<sup>2</sup> (ou seja, havia uma identidade no circuito renda-gasto). Nos tempos atuais de cientificidade positivista o modelo de equilíbrio geral walrasiano conserva a ideia da impossibilidade de crises gerais na economia capitalista quando da vigência da Lei de Walras (que como aponta Oskar Lange (1942), Lei de Say e Lei de Walras guardam certa relação): o que, *mutatis mutandis*, ambas essas leis sugerem é que, fundamentalmente, uma economia capitalista não pode experimentar crises gerais. No caso da Lei da Say, como a oferta gera sua demanda, inexistente subutilização dos fatores, como desemprego no mercado de trabalho ou insuficiência de demanda efetiva no mercado de bens; já para Walras, excessos de demanda positivos em um setor são cancelados por excessos de demanda negativos em outro setor e, portanto, se  $(n - 1)$  mercados estão em equilíbrio, todos os  $n$  mercados também estarão, implicando que somente setores específicos possam enfrentar as dificuldades em seus mercados, mas, no agregado inexistente a possibilidade de uma crise geral.

## 1.2 O marxismo positivista

Seguindo a tradição crítica iniciada por Marx, diversos economistas empreenderam também suas críticas ao capitalismo. Nosso objeto de interesse e de crítica é a formulação de alguns tributários de Marx no que concerne justamente ao tema da crise econômica. Queremos explicitar um tipo de formulação que trataremos como *típica* ou *representativa* do pensamento de alguns economistas marxistas para, em seguida, expor nossa questão de pesquisa e nossas hipóteses, que estarão em choque com as proposituras destes autores e emergirão de uma proposta interpretativa alternativa, aquela alicerçada no método da dialética materialista de Marx. Assim, o caminho será a explicitação do que

---

<sup>1</sup> Cf. CABELLERO (2010), BLANCHARD, ARICCIA E MAURO (2010), KRUGMAN (2011)

<sup>2</sup> Para uma discussão sobre a Lei de Say Cf. MIGLIOLI, (2004).

chamamos de leitura empírico-positivista da crise em Marx – o marxismo positivista – em contraposição a uma leitura dialética da crise, que defendemos estar de acordo com a letra do autor.

Nossa crítica fundamental é que por certo desconhecimento ou incompreensão acerca do método de Marx, alguns economistas marxistas incorreram no erro de operar certa unilateralização explicativa sobre a crise a partir de um de seus conteúdos específicos, ou seja, tomaram certas passagens das obras de Marx como definitivas na explicação das crises; em segundo lugar, houve também a busca pela *causa* da crise em uma formulação empírico-positivista da dinâmica do capital. Antes de mostrar a incompatibilidade desta postura de certos autores frente a matriz teórica marxista, tomemos um exemplo representativo<sup>3</sup> com Paul Sweezy, economista crítico estadunidense e de crucial importância na história do marxismo. Além de ter sido referência central no debate da transição do feudalismo para o capitalismo em sua polêmica com outro economista marxista, Maurice Dobb<sup>4</sup>, foi também um grande divulgador do pensamento de Marx com o livro “*Teoria do Desenvolvimento Capitalista*” (1983). Este autor, achamos, tem papel central na tentativa de atualização teórica do marxismo frente ao movimento histórico de monopolização que vivia a economia norte-americana no pós-Segunda Guerra. O livro “*Capitalismo Monopolista*” (1966) é, pois, uma referência na história do marxismo.

Na seção “Crises e Depressões” do capítulo VIII da “*Teoria do Desenvolvimento Capitalista*” (1983), Sweezy introduz uma subseção do capítulo intitulada “Os dois tipos de crises”. Nela, afirma que “que o exame das *causas* das crises deve ser feito em termos das forças que operam sobre a taxa de lucro.”<sup>5</sup> Ele segue dizendo que esta possibilidade de crise só se efetiva sob a vigência da lei do valor<sup>6</sup>, do contrário (não vigência da Lei do Valor), “[a] dificuldade essencial é a de realizar o valor que já, no sentido físico, está

---

<sup>3</sup> Poderíamos tomar autores como ROSA LUXEMBURGO (1984), ERNEST MANDEL (1985), CHESNAIS (2005) entre outros.

<sup>4</sup> Sobre o debate, Cf. SWEEZY (1977)

<sup>5</sup> SWEEZY 1983, p. 121 grifos nossos

<sup>6</sup> “É importante compreender que a tendência decrescente da taxa de lucro foi deduzida na suposição de que as condições da lei do valor eram plenamente satisfeitas.” (SWEEZY, 1983, p. 121). Por “lei do valor” Sweezy diz que a “lei do valor é essencialmente uma teoria de equilíbrio geral desenvolvida em primeiro lugar com referência à produção simples de mercadorias e mais tarde adaptada ao capitalismo (SWEEZY, 1983, p.53)

corporificado nas mercadorias prontas para a venda”, sendo assim, o segundo tipo de causa da crise é o problema de realização do valor. Sobre as crises de realização, Sweezy é categórico ao afirmar que é “incorreto opor a ‘desproporção’ ao ‘subconsumo’ como causa de crise [...] o subconsumo é precisamente um caso especial de desproporção – desproporção entre o crescimento da procura de bens de consumo e o crescimento da capacidade de produzir esses bens”<sup>7</sup>. Se o subconsumo é um caso particular da desproporção, é importante ressaltar que para ele que “[a] desproporção é sempre uma possível causa de crise, e quase certamente um fator agravante em todas as crises, qualquer que seja a sua causa básica”<sup>8</sup>.

Já em sua obra de 1966, Sweezy e Baran se propõem remediar a teoria marxista no sentido de que esta, àquela altura, “ainda se baseia, em última análise, na suposição de uma economia em regime de concorrência”<sup>9</sup>. Assim, constroem a teoria do capitalismo monopolista, que é uma fase de desenvolvimento do capitalismo livre-concorrencial na qual existe não mais a dominância da pequena firma (*price-taker*) em regime concorrencial, mas sim dos oligopólios e monopólios (*price-maker*). A dinâmica desta fase do capitalismo é a dinâmica inscrita na teoria do Excedente Econômico<sup>10</sup>: segundo eles, existem duas pressões vividas pela economia sob dominância dos monopólios, i) uma tendência ascendente no nível geral de preços em uma economia de capitalismo monopolista; ii) uma tendência da empresa oligopolista em continuamente buscar a redução de seus custos<sup>11</sup>. Portanto, com uma pressão altista de preços em conjunto com uma pressão para redução de custos o excedente econômico tende a crescer e precisa ser absorvido, podendo sê-lo das seguintes formas: consumo, investimento ou pode ser desperdiçado. Para os fins que nos interessam não precisamos discutir a absorção *efetiva* ou não do excedente, somente salientar que a dinâmica da economia sob regime de capitalismo monopolista é a dinâmica de tendência crescente do excedente e sua absorção. Justamente por isso, os autores apontam em uma passagem a substituição da Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro de Marx (que tratam como um teorema) pela lei de

---

<sup>7</sup> SWEEZY, op. cit., 147

<sup>8</sup> SWEEZY, op. cit., 130

<sup>9</sup> BARAN e SWEEZY, 1966, p. 14

<sup>10</sup> “O excedente econômico, na definição mais breve possível é a diferença entre o que a sociedade produz e os custos dessa produção” (BARAN e SWEEZY, 1966, p.19)

<sup>11</sup> BARAN e SWEEZY, 1966, p. 70 e 76, respectivamente.

tendência crescente do excedente pelo fato da dominância monopólica na estrutura econômica,

Substituindo a lei do lucro decrescente pela do excedente crescente, não estamos, portanto, negando ou modificando um teorema tradicional da Economia Política: estamos, simplesmente, tomando conhecimento do fato indubitável de que a estrutura da economia capitalista sofreu uma modificação fundamental desde que tal teorema foi formulado. O que é mais essencial na modificação estrutural sofrida pelo capitalismo, de sua forma competitiva para a monopolista, encontra sua expressão teórica nessa substituição.<sup>12</sup>

Pois bem, tanto na exposição sobre as duas formas da crise a partir de sua leitura do Marx quanto na sua teoria do capitalismo monopolista, Sweezy deposita os esforços em elementos da esfera da circulação para debater a emergência da crise: em Marx ele explora a vigência ou não da Lei do Valor, ou, o que é equivalente para ele: quando vige a lei do valor é porque “assumiu-se que todas as mercadorias eram vendidas pelos seus valores de equilíbrio durante toda a análise”<sup>13</sup>; na teoria do capitalismo monopolista a crise emerge nos problemas na esfera da circulação do excedente econômico, que Sweezy e Baran tratam como formas de absorção do excedente e que no fundo acabam por enquadrar o problema no excedente na ideia de uma crise de realização – muitas vezes aproximando-se acriticamente do mundo keynesiano e dos problemas de demanda efetiva.

Paul Mattick polemizou com Sweezy e Baran apontando justamente os desvios da empreitada por eles assumida, que acabou constringendo a teoria de Marx sob roupagem burguesa<sup>14</sup>. Após expor a dinâmica da taxa de lucro do ponto de vista de Marx, ele critica o marxismo dos autores dizendo:

---

<sup>12</sup> BARAN e SWEEZY, 1966, p.79

<sup>13</sup> SWEEZY, 1983, p. 121

<sup>14</sup> “A substituição foi feita porque Baran e Sweezy transitaram do Marxismo para uma análise econômica burguesa, a qual não opera na classe de termos tais como valor e mais-valor, mas com a amálgama da renda nacional, o conceito de ‘demanda efetiva’ e os remédios Keynesianos para a estagnação do capital.” MATTICK, 1978, s.p. – tradução livre do original: “The substitution has been made because Baran and Sweezy have switched from Marxian to bourgeois economic analysis, which does not operate with class terms such as value and surplus-value but with the

Seria, de fato, um estranho tipo de ‘Marxismo’ aquele que presta mais atenção à distribuição do mais-valor entre os capitalistas e seus retentores do que à divisão do produto social entre trabalho e capital. Mas, se há apenas renda e apenas ‘lucro’ em vez de mais-valor, é claro que não há queda da taxa de lucro como consequência das relações de valor da produção de capital e nenhuma barreira imanente à produção de lucro.<sup>15</sup>

Desta forma, Mattick abre caminho para mostrar como a aproximação de Baran e Sweezy com a Ciência Econômica esvaziou o conteúdo crítico de suas formulações calcadas em Marx pois enveredou pelo caminho dos debates meramente alocativos e distributivos,

Para Baran e Sweezy, entretanto, os problemas capitalistas são exclusivamente problemas de mercado. Não a produção, mas a realização do ‘excedente’ é o dilema atual do capitalismo.<sup>16</sup>

### **1.3 Marxismo positivista como intérprete da aparência: a crise advinda da circulação**

Temos, assim, o ponto chave: para Baran e Sweezy (e mesmo Sweezy na sua obra anterior) os problemas na dinâmica da acumulação que instauram a crise advêm da esfera da circulação e não da esfera da produção de capital. Ou seja, para eles importa a possibilidade de realizar o excedente (ou a mais-valor<sup>17</sup>, caso tivessem se mantido fiéis à

---

amalgam national income, the concept of ‘effective demand’, and the Keynesian remedies for capital stagnation”

<sup>15</sup> Tradução livre do original: “It would indeed be a strange kind of ‘Marxism’ which paid more attention to the *distribution* of surplus-value among the capitalists and their retainers than to the *division of the social product between labour and capital*. But if there is just income and just ‘surplus’ instead of surplus-value, there is of course no falling rate of profit as a consequence of the value relations of *capital production* and no immanent barrier to profit production” MATTICK, 1978, s.p. grifos nossos

<sup>16</sup> Tradução livre do original: For Baran and Sweezy, however, capitalist problems are exclusively market problems. Not the *production* but the *realisation* of the ‘surplus’ is capitalism’s current dilemma MATTICK, 1978, s.p.

<sup>17</sup> Mais-valor e mais-valia são sinônimos. Doravante, no corpo do texto, sempre que nos referirmos ao valor excedente criado pelo trabalhador e apropriado pelo capitalista, usaremos mais-valor, a despeito que seja encontrado, nas citações, em respeito à letra dos autores a grafia mais-valia.

tradição de Marx). Contudo, o mercado (esfera da circulação) é a aparência da sociedade capitalista, onde a pretensa *identidade* harmônica entre os agentes é tão somente uma aparência invertida, calcada em profunda e fundante *diferença* social: a cisão entre classes. A divisão violenta entre classes se dá porque o trabalhador é justamente o não-proprietário dos meios de produção e que, por isso, vende sua força de trabalho no mercado. Assim, a aparente harmonia do mercado é, na verdade, sustentada por uma ruptura radical na esfera produtiva.

Sweezy aqui é apontado como um caso representativo dos economistas marxistas porque queremos delinear o problema de forma clara. Por desconhecerem ou não compreenderem o método da dialética materialista tais autores acabaram por segmentar a explicação da crise em passagens específicas das obras marxianas. Tratam a circulação e a produção como se fossem logicamente desconectadas, buscando na mera aparência do sistema a gênese das contradições que *causam* as crises. Ao tomar Sweezy como representativo do que chamamos de marxismo positivista é para mostrar que ao se debruçar na aparência do sistema ele cai em erro: primeiro porque discute o mundo *post*o, a forma fenomênica dos acontecimentos sem, contudo, adentrar sua essência e os nexos íntimos dos processos subjacentes à aparência; em segundo lugar, o positivismo de Sweezy aparece na incessante busca pela *causa* da crise num sentido empirista do termo – ou seja, como se houvesse algo externo que perturbasse a harmonia do objeto e, *de fora*<sup>18</sup>, causasse a crise – em oposição à ideia de que a contradição é imanente à relação-capital, tornando endógena a explicação da crise. Apesar de Sweezy ter representado a postura por nós criticada, devemos salientar que outros autores depositaram seus esforços em partes diferentes da obra marxiana, expondo o problema da crise de forma diversa: um conjunto de autores deteve-se mais pormenorizadamente no Livro III de “*O Capital*”, fundamentalmente na seção V na qual Marx discute o *capital portador de juros* e outras questões da esfera financeira. Assim, Chesnais e toda uma tradição francesa advinda da “Escola da Regulação” debatem o tema da crise a partir da autonomização da figura do *capital portador de juros* (capital financeiro) frente a riqueza real e, tal qual Sweezy,

---

<sup>18</sup> “[...] ao se manter agora uma compreensão atomista da matéria, passou-se também a admitir que o princípio de causalidade não fosse outra coisa do que expressão de relação puramente externa entre eventos (manifestações da matéria). O termo *causa* passou, então, a indicar uma influência externa que era capaz de produzir mudança.” (PRADO, 2011, p.4)



unilateralizam a explicação da crise a partir de certo conteúdo determinado da obra marxiana. O mesmo Mattick crítico de Sweezy, comparece aqui de forma lapidar:

Esta distinção entre <<indústria>> e <<finança>>, entre capital <<produtivo>> e capital <<parasitário>> é tão velha como o capitalismo e deu origem a uma luta falaciosa contra o <<jugo do juro>> e os especuladores irresponsáveis. Este assunto, que se insere totalmente dentro das fronteiras do capitalismo, é agora em grande medida uma coisa do passado, pois a fusão entre a indústria e a finança é tão completa que exclui uma distinção <<moral>> entre elas.<sup>19</sup>

O que queremos mostrar é que problemas na esfera financeira, o subconsumo e a desproporção intersetorial são derivados de certos conteúdos específicos presentes na obra marxiana: o subconsumo e a desproporção intersetorial emergem das discussões da separação entre produção e consumo e dos esquemas de reprodução do Livro II, bem como a dinâmica do capital financeiro (capital portador de juros) e das finanças é fruto da seção V do Livro III. Essa postura de fatiar o texto e servir-se da parte que lhe parece mais proveitosa é fundamentalmente contrária à lógica expositiva de “*O Capital*” como veremos adiante. Além disso, a retirada da dialética do estudo da crise retira a perspectiva de totalidade do pensamento de Marx, fazendo com que a busca pela causa da crise se dê nos marcos da positividade científica e na busca de nexos externos entre os fenômenos e não na imanência contraditória e articuladora do conceito de crise na arquitetura marxiana.

#### **1.4 O método totalizante: a dialética materialista**

Feita a crítica do marxismo com viés positivista é necessário construir o contraponto, pois dele emergirá nossa questão de pesquisa e também nossas hipóteses. Buscaremos a fundamentação deste trabalho na dialética materialista por acreditar que é ela a essência do marxismo. Pois, nunca é supérfluo reivindicar a assertiva lukacsiana de

---

<sup>19</sup> MATTICK, 2010, p.37

que “[e]m matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao *método*. ” (LUKÁCS, 2012, p.64)

Ora, a fundamentação materialista da dialética para o estudo da crise resolve o problema metodológico introduzido por aqueles autores: primeiro, a dialética é a forma que Marx encontra para expor, em “*O Capital*”, a dinâmica da acumulação presidida pelo movimento contraditório do sujeito “cego e automático”, o capital. Ou seja, a empreitada teórica de Marx é a exposição de um *todo* contraditório e, portanto, a exposição e reexposição da figura de capital, que determina esse *todo*, em níveis crescentes de concreticidade e complexificação conceitual. O caminho em direção à concretude é trilhado saturando o conceito com suas determinações progressivas em sua exposição e acolhendo sua contradição, constitutiva do objeto e determinante do mundo real, diferentemente do que a lógica formal o faz quando se depara com algo que rompe a lógica da identidade.

Marx mostrou mediante sua crítica interna à Economia Política os limites do pensamento dos economistas assumindo seus pressupostos e levando ao limite do raciocínio o pensamento de seus autores, como A. Smith e D. Ricardo – é daí que surge o subtítulo de “*O Capital*”: Crítica da Economia Política. Levando ao extremo o raciocínio dos economistas políticos de então, Marx apontou as leis gerais e a dinâmica íntima do modo de produção capitalista. Apontou, principalmente, que a lógica que dá sentido à dinâmica capitalista é a da acumulação, a lógica do capital: “valor que se valoriza”, mas que é também uma relação social contraditória entre o trabalho assalariado e os detentores dos meios de produção. Marx mostrou como as crises sob o capitalismo são diferentes das crises nas sociedades anteriores, que eram crises de escassez. No capitalismo, a produção de mercadorias é na verdade um meio à valorização<sup>20</sup>, pois afinal a produção não é de valores de uso (o valor de uso é mero suporte ao valor de troca), ou seja, para o atendimento das carências dos homens e sim a incessante busca pela

---

<sup>20</sup> “A finalidade da produção capitalista porém é a valorização do capital, isto é, a apropriação de mais-trabalho, produção de mais-valia, de lucro.” (MARX, K. *O Capital – Crítica da Economia Política* – Vol. I Tomo 1. Coleção Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983 – a seguir citada como “C” seguida do número do livro em latino e do número da página em arábico – (C, III, p. 190))

valorização do valor, produção de capital<sup>21</sup>. Finalmente, a produção capitalista aponta para a “[s]uperprodução de capital, não de mercadorias individuais - embora a superprodução de capital sempre implique superprodução de mercadorias - significa, por isso, apenas superacumulação de capital.”<sup>22</sup> É, portanto, traço constitutivo das crises no capitalismo que elas sejam crises de superacumulação, crises em meio à abundância e não escassez.

## 1.5 Dialética materialista e o nexó entre forma e conteúdo

No terceiro livro de “*O Capital*”, Marx é categórico ao apontar que “[...] toda a ciência seria supérflua, se a forma de aparecimento e a essência das coisas coincidissem imediatamente.”<sup>23</sup> Ou seja, ao pesquisador que investiga algum fenômeno não basta, munido de certa metodologia (dada a priori), apenas *deitar o olhar* sobre seu objeto e adotar uma *leitura* particular sobre os fatos. Para Marx, conhecer teoricamente o objeto é empreender um amplo e profundo estudo teórico sem se prender somente à aparência imediata dos fenômenos. Pois, o plano fenomênico mais imediato é importante porque é indicativo dos processos implícitos na essência do fenômeno, mas ao mesmo tempo que *mostra* e *indica* algumas relações, a simples aparência também *escamoteia*, *esconde* e *mistifica* a realidade. Assim, apesar de o início da pesquisa teórica ser sempre um fato ou um conjunto de fatos (o concreto, portanto a aparência), é por meio da abstração que o autor busca pelas determinações mais gerais de cada objeto e suas mediações. Em seguida, munido de certo arsenal categorial derivado da realidade objetiva o pesquisador volta à realidade efetiva para conhecer o nexó íntimo do movimento real do todo social. Para Marx, o caminho no sentido da concreção é o caminho *cientificamente* exato para reproduzir-se idealmente o movimento de constituição do real<sup>24</sup> - ou seja, para Marx

---

<sup>21</sup> “O conteúdo objetivo daquela circulação [(D — M — D’) BMT] — a valorização do valor — é sua meta subjetiva, e só enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata é o único motivo indutor de suas operações, ele funciona como capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência. O valor de uso nunca deve ser tratado, portanto, como meta imediata do capitalismo” (C, I, p. 129)

<sup>22</sup> C, III, p. 189

<sup>23</sup> C, III, p. 271

<sup>24</sup> “O último método é manifestamente o método cientificamente exato. O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda

inexiste um método apriorístico, “aplicável” a qualquer situação; é a própria lógica interna do objeto de estudo quem determina a lógica do método de apreensão deste objeto enquanto exposição de seu movimento. A dialética para Marx é a lógica do devir, da constante mudança de estados:

Como se sabe, a dialética pensa todo movimento, o movimento em geral, como evolver, como desenrolar, como mudança, enfim, como processo de devir que segue uma lógica própria – lógica esta, ademais, que é interna ao ser em movimento e que define o seu modo contraditório de estar e de passar no tempo e no espaço. Nesse sentido, ela difere do entendimento que recusa toda contradição, apresentando o movimento, todo movimento, como sucessão pertinente de estados que pode às vezes ser descrita matematicamente por meio de equações, algoritmos.<sup>25</sup>

Tal representação metodológica esboçada aqui é a expressão da dialética materialista, o método marxiano para apreender a contraditória realidade econômica. A opção pelo método dialético não é dogmática ou escolha arbitrária. Há uma dialética entre *forma* e *conteúdo*, na qual existe uma relação de complementariedade e composição entre eles. Cada *conteúdo* tem uma *forma* específica e cada *forma* é forma de um *conteúdo* específico. A dialética é, portanto, a forma de exposição necessária de certo conteúdo contraditório para que o pesquisador possa apreender todas as dimensões autonegadoras de seu objeto da pesquisa, o capital e sua processualidade. Sumariamos o método marxiano<sup>26</sup> mostrando que a dialética materialista é a reprodução ideal do movimento do real, assim, a lógica investigativa do autor espelha a lógica interna do objeto de estudo – como dito antes, o conteúdo *contraditório* é quem determina a forma dialética. Apresentemos, portanto, a fonte da contradição: a relação-capital.

---

que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também, da intuição e da representação” (MARX, 1982, p.14)

<sup>25</sup> PRADO, 2014a, p.2

<sup>26</sup> “É, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção *a priori*.” (C, I, p.20)

## 1.6 Marx como leitor de Hegel – Essência e aparência da relação-capital: produção e circulação

A relação-capital é contraditória porque o capital só é *valor que se valoriza* na medida em que se vivifica *vampirescamente* sugando trabalho vivo. O trabalho, portanto, é um momento do capital, mas não se pode perder de vista que o trabalho é a substância do valor sob a teoria da forma-valor do trabalho. Contudo, trabalhador e capitalista definem-se negativamente um pelo outro: é a não-posse dos meios de produção que *põe* o homem como trabalhador assalariado. O trabalho é “não-capital” na medida que é a exclusão completa da riqueza objetiva, ou seja, o trabalhador se define por sua dupla liberdade (inerente à força de trabalho no mundo burguês onde ela é mercadoria): livre como indivíduo livre e livre dos meios de produção, respectivamente, não-propriedade e não-proprietário.

Marx, ao se deparar com a marca contraditória estrutural do capital, ao invés de ignorá-la como uma “falha” do pensamento, desenvolveu-a porque as contradições e antagonismos são constitutivos da sociedade capitalista e, mais ainda, são o que dão dinamicidade ao processo sócio-histórico. Contudo, é preciso ainda definir com qual estatuto de contradição estamos lidando.

Marx toma da tradição alemã a dialética como método, mais precisamente de Hegel<sup>27</sup>. No sentido hegeliano a contradição comparece como uma oposição de dois termos “em si” mesmos contraditórios porque estes são reciprocamente negativos<sup>28</sup>; são totalidades que se excluem porque cada termo ao incluir o outro dentro de sua relação recíproca

---

<sup>27</sup> Sobre a relação entre as dialéticas de Marx e Hegel, Cf. GRESPLAN (2002)

<sup>28</sup> “*Determinatio est negatio*”, segundo Espinosa, ou seja, para algo se afirmar ele nega tudo o mais; o que é só o é por *não ser* o que não é. Sobre isso, GRESPLAN (2002) comenta em uma nota de rodapé o seguinte: “A fórmula “*determinatio est negatio*” está na carta nº 50 da correspondência de Espinosa, escrita em 2 de junho de 1674 a seu amigo Jarig Jelles, a respeito da matéria e da figura dos corpos. Cf. *Espinosa*, col. Os Pensadores, 2ª edição, São Paulo, Abril Cultural, 1979, p. 293. Mais tarde, foi citada em vários livros de Hegel, como a *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*, (1ª parte, § 91, adendo), a *Ciência da Lógica*, (Livro I – a doutrina do ser – , 1ª parte – *qualidade* –, cap. 2, A, b, observação) e ainda as *Lições sobre História da Filosofia* (1ª parte, 1ª seção, cap. 1).” Também sobre o tema, Cf. HEGEL (2012), parágrafos 178 até 196 a famosa passagem conhecida como a “dialética do senhor e do escravo” em que senhor e escravo só assumem tais figuras dentro da relação na medida em que um se determina pelo negativo do outro.

também o excluiu como seu oposto. Assim, ao excluir seu oposto estes excluem a si mesmos, ou seja, essa negação é, na verdade, autonegação – é preciso perceber que os termos só se definem *dentro* da relação. É por isso que a contradição ultrapassa a categoria de uma contradição fundada “em si” para uma contradição “posta” ou “para si”, porque ela é mediada por uma oposição com outro que lhe é externo. Para Hegel o *sujeito* é o movimento de autorreflexão do real, que retorna a si a partir de outro em que ele mesmo se projetara. Esta questão é central, porque enquanto em Hegel a contradição se põe como oposição de duas totalidades, para Marx a contradição é fruto de uma totalidade cindida em *forma* e *conteúdo*, já que capital e trabalho se opõem, mas o primeiro subsume o segundo como fonte do valor. Theunissen afirma que “em Hegel [...] o mesmo todo se separa em duas totalidades. Fundamentar desta forma a contradição, é impossível para Marx. Pois em seu modelo é só o capital e não o trabalho que se põe como totalidade.”<sup>29</sup> De tal modo, o capital é o sujeito que põe a contradição fundamental da sociedade capitalista. Ele não é um típico “sujeito hegeliano”, aquele que se determina dentro da relação com outra totalidade; ao invés disso, o capital é somente *forma* e só se torna sujeito porque entra em relação com o trabalho assalariado (*substância*) para realizar sua natureza de autovalorização, assim aparecendo como sujeito totalizante na economia mercantil generalizada.

Marx descobre que na relação entre capital e trabalho há uma “luta” entre ambos os termos em oposição, porque na medida em que o trabalho é momento do capital como gerador de valor, este é excluído da possibilidade de formar-se como totalidade. Assim, capital e trabalho opõem-se e sofrem de uma inadequação crônica entre *forma* e *conteúdo*. Podemos, desta forma, apontar a essência autonegadora da relação-capital, que traz em si a contradição, sendo o capital uma “contradição processual”<sup>30</sup>.

---

<sup>29</sup> 1974, p. 321 Apud GRESPLAN, 2002, p. 33

<sup>30</sup> No prefácio do livro de Jorge Gresplan, Marcos Müller aponta: “Inclusão e exclusão simultâneas do trabalho (a primeira, dele como momento, a segunda, dele como totalidade impedida de se constituir como tal) definem o capital como uma ‘contradição processual’ (*Grundrisse*): é uma contradição que, devido à não equipotência dos seus opostos, não se desenvolve até a figura hegeliana de ‘contradição posta’: na qual os contrários se incluem e excluem totalmente e ao mesmo tempo, e, assim, se resolvem no fundamento mediante a sua respectiva assimilação total que é autoexclusão de si. A contradição do capital é uma contradição marcada pela impossibilidade da mediação recíproca e reconciliadora entre os opostos, pois nem substância do valor, o trabalho, se constitui como sujeito e totalidade autorreferente, nem o capital, cujo conteúdo é o trabalho, no fundo, o contrário dele mesmo e de sua figuração, se constitui como

A inversão materialista da dialética hegeliana operada por Marx conserva seu “núcleo racional” e pretende superar a “forma mistificada” que a dialética assumira nas mãos de Hegel. O racional (que é seu lado crítico e revolucionário) daquele método é que a dialética inclui no entendimento do positivo também seu negativo como autonegação do positivo<sup>31</sup>. Porém, a colocação da dialética sob bases materialistas não consiste em colocar simplesmente o real como demiurgo da consciência; noutras palavras, a inversão materialista não se opera porque no idealismo hegeliano as categorias superestruturais têm primazia sobre o material e a inversão seria então subordinar o ideal ao real. Como apontamos, essa inversão se dá em torno de um “núcleo racional”, portanto, é um “colocar do avesso”<sup>32</sup>, deixando que o que antes era interno se coloque para fora e vice-versa. Sendo assim, a inversão materialista é a colocação, em posições inversas, das figuras lógicas de *igualdade* e *diferença* para cada um dos autores (Hegel e Marx), pois estas refletem a *aparência* e a *essência* da sociedade. É a própria relação-capital quem desvela essa questão: ao clivar a sociedade entre capitalistas e trabalhadores a propriedade privada arma uma forma de reprodução social que oculta sua realidade, pois a *diferença* de classes aparece invertida, como *igualdade* formal nas trocas no mercado.

Com isso, na apresentação categorial marxiana em “*O Capital*”, a esfera da circulação, onde repousa uma aparente *identidade* entre os agentes, conferida pela igualdade jurídica e a esfera da produção, baseada na *diferença* social são apresentadas segundo o projeto de crítica interna à Economia Política. Como tal, a apresentação deve ser entendida como crítica à tomada de uma parte específica pelo todo, ou seja, a suposição de que o todo (capitalismo) pode ser representado pela parte (esfera da circulação simples de mercadorias); e nessa, reinam a “Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham”<sup>33</sup>, em alusão ao utilitarista e representante da Economia vulgar. É por meio

---

uma totalidade verdadeira, cujo conteúdo teria encontrado a forma a ele adequada.” (GRESPLAN, 2012, p.15-16)

<sup>31</sup> “Em sua configuração racional, é um incômodo e um horror para a burguesia e para os seus porta-vozes doutrinários, porque, no entendimento positivo do existente, ela inclui ao mesmo tempo o entendimento da sua negação, da sua desapareção inevitável; porque apreende cada forma existente no fluxo do movimento, portanto também com seu lado transitório; porque não se deixa impressionar por nada e é, em sua essência, crítica e revolucionária.” (C, I, p.21)

<sup>32</sup> Sobre isso, Cf. GRESPLAN (2002)

<sup>33</sup> “A esfera da circulação ou do intercâmbio de mercadorias, dentro de cujos limites se movimentam compra e venda e força de trabalho, era de fato um verdadeiro éden dos direitos

deste “quiprocó” (para usar uma expressão do próprio autor) entre *essência e forma de manifestação* que muitos economistas marxistas buscaram as causas das crises na esfera da circulação e não no fundamento contraditório da relação-capital na esfera da produção capitalista. Nas palavras de Prado,

As crises se mostram na esfera da circulação como uma quebra mais ou menos generalizada nos encadeamentos  $M - D - M$ , mas elas têm origem na esfera da produção, ou seja, nos circuitos  $D - M - D'$ . Pois, segundo Marx, a atividade econômica no modo de produção mercantil capitalista constitui-se como um processo de valorização de valor que depende, contraditoriamente, de um processo de produção de valores de uso. Trata-se, portanto, de um processo dual que, como se sabe, desenvolve-se com base na oposição entre o capital em geral e o trabalho assalariado. Este último, enquanto portador do valor de uso da força de trabalho, não funciona para si, mas para o outro já que se encontra a ele subordinado: ao produzir novos valores de uso, ele está sendo obrigado a produzir, na verdade, mais-valia para o capital.<sup>34</sup>

A relação-capital é a expressão econômica da relação social entre trabalhadores assalariados e capitalistas e encarna, já na esfera da produção, a contradição fundante da sociedade capitalista. Portanto, nossa hipótese central será a de que **i)** o capital é um sujeito contraditório e, portanto, ele mesmo põe barreiras à sua valorização. Será, portanto, na figura de capital que depositaremos nossos esforços para entender a dinâmica da crise, pois **ii)** a causa da crise é a contradição da lógica expansiva do valor e deve ser buscada na figura mesma de capital, evidenciando sua essência autonegadora. Desta forma, chegamos à nossa hipótese central, qual seja: **iii)** o que as leituras canônicas de crise no âmbito da crítica da Economia Política chamaram de *causas* das crises no capitalismo são, na verdade, *formas aparentes* da crise. Se todo caminho lógico destas hipóteses se confirmar, uma quarta hipótese também se confirma e fecha nossa leitura sobre a crise: **iv)** se a relação-capital é essa contradição processual e a taxa de lucro encarna, em seus termos (taxa de mais-valor e composição orgânica do capital), a luta

---

naturais do homem. O que aqui reina é unicamente Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham” (C, I, p.145)

<sup>34</sup> PRADO, 2014b, p.137



entre os termos dessa contradição, é a dinâmica da taxa de lucro a *essência* e a *causa* (de um ponto de vista dialético) da crise no modo de produção capitalista.

Nossa questão de pesquisa emerge, portanto, deste embate entre a leitura positivista de Marx, de um lado, e nossa proposta dialética de outro: subconsumo, desproporções intersetoriais e problemas na esfera financeira são causas da crise ou são apenas formas de manifestação, formas aparentes das crises?

Para seguir a pesquisa destas hipóteses precisamos investigar como Marx expõe o conceito de capital e a articulação interna de seu modelo teórico, que faremos nos capítulos a seguir.

## 2. A crise no Livro I

“A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital.”

(Karl Marx)

### 2.1 Dialética entre essência e aparência

No capítulo precedente trouxemos um par conceitual à discussão, mas que não foi ainda definido: essência e aparência. Antes de investigar a exposição do conceito de capital e da crise, vamos deixar claro, de forma pouco exaustiva, o que entendemos por esses dois níveis da realidade (essência e aparência).

O ponto central da discussão é que os processos em sua lógica interna (o que chamamos de *essência*) não se identificam com a forma com que “se mostram” na realidade fenomênica (o que chamamos de *aparência*). Essa não identidade nasce da inversão sofrida pela essência no momento de se exteriorizar como aparência externa de um conteúdo contraditório. A lógica por detrás dessa dialética é fruto da influência hegeliana em Marx. Zizek sumaria essa dialética em Hegel da seguinte forma:

Em termos mais gerais, deveríamos sempre nos lembrar de que, na dialética da aparência e da essência de Hegel, é a aparência que é o termo abrangente assimétrico: a diferença entre essência e aparência é interna à aparência, *não* à essência. Quando Hegel diz que a essência *tem* de aparecer, que ela é apenas tão profunda quanto aparenta, isso não significa que a essência é um poder automediador que se exterioriza

quando aparece e depois ‘supera’ sua alteridade, postulando-a como momento de seu movimento próprio. Ao contrário, ‘a essência aparece’ significa que, em relação à oposição essência/aparência, a ‘realidade’ imediata está do lado da aparência: a lacuna entre aparência e realidade significa que a própria realidade (que nos é imediatamente dada ‘lá fora’) aparece como expressão da essência interior, que não aceitamos mais a realidade ‘pelas aparências’, que suspeitamos que há na realidade ‘mais do que vai de encontro aos olhos’, ou seja, que uma essência aparece para subsistir em algum lugar da realidade, como seu núcleo oculto. Essa mudança dialética do significado da aparência é muito importante: primeiro, a realidade imediata é reduzida a ‘mera aparência’ de uma essência interior; em seguida, essa própria essência é postulada como algo que aparece na realidade como espectro de seu núcleo oculto.<sup>35</sup>

Contudo, apesar da marca hegeliana em Marx, sua dialética difere acentuadamente da forma que esta tomou nas mãos de Hegel. Como já discutido, a inversão materialista operada por Marx na dialética hegeliana mantém o lado crítico e revolucionário (seu “núcleo racional”) da dialética enquanto lógica que abarca o entendimento do negativo como autonegação do positivo, mas ao tomar o ponto de vista materialista, Marx inverte a relação de aparência e essência da sociedade capitalista tal como posta para Hegel. O motivo dessa inversão é que o sujeito do processo de produção capitalista é uma figura contraditória, assim, o que *aparece* na sociedade capitalista – o mercado e as trocas – escamoteia a natureza íntima do que está subjacente, o capital.

Ao comentar a passagem<sup>36</sup> de Marx sobre que a ciência ser supérflua se essência e aparência coincidissem de forma imediata, Grespan aponta que “[...] em coisas que aparecem de forma distinta do que são essencialmente distinguem-se dois níveis de realidade – o da essência e o de suas manifestações. Melhor ainda, ambos níveis coincidem, mas não ‘imediatamente’, e sim por mediações, através das quais a essência aparece com uma aparência diferente. *É a própria essência, contudo, que determina esta sua forma diferente de manifestação, e só o faz por ser contraditória.* Se não o fosse,

---

<sup>35</sup> ZIZEK, 2008, p.148, grifos do autor

<sup>36</sup> “[...] toda a ciência seria supérflua, se a forma de aparecimento e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (MARX, III, p. 271)

apareceria diretamente como o que é, e ‘toda ciência seria supérflua’. A ‘ciência’ a que Marx se refere, desta maneira, é dialética, única forma pela qual é possível conceber a contradição real e, daí, as mediações pelas quais ela se manifesta sob formas distintas. Não é em qualquer objeto que Marx distingue dois níveis de realidade, em que se constitui uma essência para além das formas de aparecimento. Bem como não é todo objeto que deve ser considerado dialeticamente, portanto, mas especificamente o que tiver uma *natureza contraditória*.<sup>37</sup>.

Os processos econômicos “se apresentam” de forma invertida e transfigurada em relação a sua essência justamente porque escamoteiam as contradições fundantes da sociedade capitalista. Sinteticamente, concebemos a *essência* como a lógica interna do objeto e sua articulação com outras categorias. A *aparência* é sempre uma visão *parcial* dos processos porque ela é a forma invertida pela qual o fenômeno “se mostra” aos agentes econômicos na realidade reificada, normalmente de um ponto de vista específico (i.e. observando somente a circulação, somente a produção, contrapondo esfera produtiva ou esfera financeira ou qualquer ponto de observação que perca o sentido de *totalidade* do processo global de produção capitalista).

Assim sendo, o objeto que dá sentido à reprodução capitalista precisa ser apreendido dialeticamente para que não se tome aparência e essência como coincidentes. O entendimento do capital levando em conta sua marca contraditória não só desnuda a relação mediada entre essência e aparência do sistema capitalista como abre espaço para o entendimento da forma pela qual essas contradições do capital eclodem em crises que aparentemente têm “caras diferentes”, mas essencialmente são expressões de um mesmo fenômeno: a negatividade imanente do capital em luta com seu oposto, o trabalho assalariado, a *essência* do capitalismo. A passagem a seguir de Grespan é lapidar:

[A]preendida como *expressão da negatividade imanente ao capital*, a crise está na base da crítica ao capitalismo, conforme um significado especificamente marxiano de crítica: não se trata de uma reflexão exterior que aponta os limites deste sistema, e sim dos limites alcançados por ele mesmo com o desenvolvimento de suas potencialidades e com a exposição de suas contradições fundamentais

---

<sup>37</sup> GRESPAN, 2002, p.22, grifos nossos

nos processos que ele realiza. Tais processos, no entanto, não se apresentam diretamente como realização das contradições, mas antes, como *ocultamento e transfiguração* destas contradições na esfera da concorrência e aos olhos dos agentes econômicos, num movimento de *inversão* também determinado pela negatividade imanente do capital.<sup>38</sup>

Portanto, de posse dos resultados do que até aqui foi discutido, passaremos ao estudo das obras marxianas de forma articulada, sumariando em quais momentos as passagens de Marx abrem a possibilidade para a discussão do tema da crise. Fundamentalmente, acreditamos que a marca da contradição do capital nasce de sua oposição com o trabalho e, desta forma, esta é a *essência* da crise; como a *aparência* é a transfiguração do essencial no plano fenomênico, a crise se expressa de formas distintas do que de fato ela é em *essência*.

Longe de uma exegese da obra marxiana, seguiremos o percurso expositivo de “*O Capital*” para respeitar a relação entre exposição dos conceitos e grau de abstração. Contudo, depositaremos esforços nas questões de fato mais relevantes para nós na perspectiva de expor a teoria da crise de Marx de um ponto de vista dialético.

## **2.2 A interrupção da circulação simples e a crise abstrata: crise monetária**

Colocando o problema do começo: é necessário começar investigar a crise do ponto de vista da circulação simples de mercadorias, o circuito  $M - D - M$ <sup>39</sup>, ou a aparência da sociedade capitalista – o mercado. A opção de Marx por começar pela mercadoria e seu circuito se justifica pelo fato de que a circulação de mercadorias é o plano fenomênico mais imediato aos agentes econômicos. No grau de abstração em questão a relação-capital se encontra pressuposta, sem ter sido ainda apresentada por Marx. As formas assumidas pelo valor nesse circuito são mercadoria e dinheiro e

---

<sup>38</sup> GRESPAN, 2012, p.24, grifos nossos

<sup>39</sup> M representa mercadoria e D dinheiro. Doravante, somente D e M.

expressam a exteriorização da oposição<sup>40</sup> interna à mercadoria entre seus fatores componentes. Marx aponta que a oposição interna<sup>41</sup> à mercadoria entre valor de uso e valor é expressão do duplo caráter do trabalho na sociedade capitalista, como trabalho concreto ou útil (gerador de valor de uso) e trabalho abstrato (gerador de valor). Contudo, essa oposição interna se exterioriza na oposição externa entre mercadoria e dinheiro como formas nas quais a contradição pode mover-se.

Tabela 1 – O sistema de oposições da circulação simples

	<i>Trabalho concreto ou útil</i>	<i>Trabalho abstrato</i>
<i>Oposição interna</i>	Valor de uso	Valor
<i>Oposição externa</i>	Mercadoria	Dinheiro

Fonte: elaboração própria

A oposição entre valor de uso e valor não se resolve, mas, ao contrário repõe sua tensão em um nível superior<sup>42</sup>. É nas metamorfoses da mercadoria que “[a] antítese, imanente à mercadoria, entre valor de uso e valor, de trabalho privado, que ao mesmo tempo tem de representar-se como trabalho diretamente social, de trabalho concreto particular, que ao mesmo tempo funciona apenas como trabalho geral abstrato, de personificação da coisa e reificação das pessoas — essa contradição imanente assume nas

<sup>40</sup> Utilizamos a palavra oposição, mesmo que a tradução escolhida use antítese em seu lugar. De forma sucinta, tal opção se faz porque antítese é um termo que remete ao “mundo” kantiano, enquanto oposição se liga ao sistema hegeliano, do qual Marx é tributário.

<sup>41</sup> “O que distingue sobretudo o possuidor de mercadoria desta última é que para ela cada outro corpo de mercadoria conta apenas como forma de manifestação de seu próprio valor. [...] Sua mercadoria não tem para ele nenhum valor de uso direto. Do contrário não a levaria ao mercado. Ela tem valor de uso para outros. Para ele, ela tem diretamente apenas valor de uso de ser portadora do valor de troca e, portanto, meio de troca. Por isso, ele quer aliená-la por mercadoria cujo valor de uso o satisfaça. Todas as mercadorias são não-valores de uso para seus possuidores e valores de uso para seus não-possuidores. Elas precisam, portanto, universalmente mudar de mãos.” (C. I, 80)

<sup>42</sup> Sobre isso, Cf. PAULANI (2011)

antíteses da metamorfose das mercadorias suas formas desenvolvidas de movimentos. Essas formas encerram, por isso, a possibilidade, e somente a *possibilidade*, das crises.”<sup>43</sup>

Nas metamorfoses da mercadoria enquanto circulação simples, a crise só pode ser entendida como *possibilidade* decorrente do descasamento entre vendas ( $M - D$ ) e compras ( $D - M$ ), ou seja, ruptura do circuito  $M - D - M$ . Sobre isso, Marx diz que “[é] justamente na crise que sua unidade [das fases de compra e venda – BMT] se manifesta, a unidade de elementos opostos. A independência recíproca assumida pelas duas fases conjugadas e complementares destrói-se à força. A crise portanto revela a unidade dos elementos que passaram a ficar independentes uns dos outros. Não ocorreria crise se não existisse essa unidade interna de elementos que parecem comportar-se com recíproca indiferença.”<sup>44</sup> Portanto, se há descasamento entre vendas e compras e a unidade do processo é rompida, desenvolve-se uma *crise monetária* por falta de dinheiro para saldar as transações:

Assim, a *crise* se sobrevém porque compra e venda se desconjuntam, desenvolve-se como *crise monetária*, desde que o dinheiro se tenha desenvolvido como *meio de pagamento* [...] gostam os economistas de tratar essa forma *evidente* como *causa* da crise.<sup>45</sup>

A constituição do dinheiro<sup>46</sup> abarca sua função como meio de pagamento justamente para que não exista a necessidade de coincidência espacial e temporal para a realização das transações econômicas, ensejando o crédito. Contudo, quando há a impossibilidade de vender a mercadoria e, portanto, a impossibilidade de realizar seu valor, toda uma série de transações é impossibilitada conjuntamente e irrompe uma crise de insolvência por falta de liquidez para honrar os pagamentos (ou crise monetária).

---

<sup>43</sup> C, I, p.100, grifos nossos

<sup>44</sup> MARX, K. *Teorias da Mais-Valia* – Vol. II, São Paulo: Difel, 1983 – a seguir citada como “Teorias” seguida do número do livro em latino e do número da página em arábico – (Teorias, II, p. 950)

<sup>45</sup> Teorias, II, p. 950

<sup>46</sup> “Marx considera que o dinheiro é constituído por três determinações: medida do valor (e padrão dos preços), meio de circulação ou meio de troca, e uma terceira determinação, que é constituída por duas outras que se opõem mutuamente: meio de pagamento e tesouro.” (PAULANI, 2011, p.56)

Como o objeto de crítica de Marx é também a Economia Política, ele ataca os economistas de sua época dizendo que “não são mais felizes os economistas (como J. St. Mill, por exemplo) que procuram explicar as crises com essas meras *possibilidades* da crise, encerradas na metamorfose das mercadorias, como dissociação entre compra e venda. Esses elementos que explicam a possibilidade da crise nem de longe elucidam sua realidade; deixam de elucidar *por que* as fases do processo entram em conflito tal que sua unidade interna só pode impor-se por meio de uma crise, de um processo violento. Aquela *dissociação* aparece na crise; é a sua forma elementar. *Explicar* a crise por essa forma elementar significa explicar a existência da crise, expressando-a na mais abstrata forma de sua existência, isto é, explicar a crise pela crise.”<sup>47</sup>

O que de fato os economistas burgueses fazem é tomar a aparência do sistema econômico como representativa de sua lógica de funcionamento e derivam as explicações de toda dinâmica econômica tendo como base o mercado. Contudo, como reiteradamente já foi colocado, a mera aparência é mistificadora e camufla a lógica de funcionamento do sistema<sup>48</sup>. Assim, a leitura que faz a economia vulgar é tal que se a crise *aparece* como uma crise monetária, a *causa* da crise é a própria crise.

Apresentada a possibilidade da ocorrência de uma crise monetária a partir das metamorfoses da mercadoria na esfera da circulação o próprio autor é claro ao fazer a ressalva e dizer que “[o] desenvolvimento dessa possibilidade até que se realize exige todo um conjunto de condições que do ponto de vista da circulação simples de mercadorias, ainda não existem, de modo algum.”<sup>49</sup> Esse conjunto de condições “reais e históricas” para ocorrência da crise são na verdade as condições mais concretas da produção capitalista do ponto de vista da apresentação categorial marxiana. O que deixou

---

<sup>47</sup> Teorias, II, p. 937, grifos do autor

<sup>48</sup> “Na velocidade de circulação do dinheiro aparece assim a unidade fluida das fases opostas e complementares, transformação da figura de uso em figura de valor e retransformação de sua figura de valor em figura de uso, ou de ambos os processos de venda e compra. Inversamente, na desaceleração do curso do dinheiro aparece o fato de esses processos se dissociarem e se tornarem antagonicamente autônomos, a paralisia da mudança de forma, e por conseguinte do metabolismo. A própria circulação, naturalmente, não nos deixa ver de onde provém essa estagnação. Ela nos mostra apenas o próprio fenômeno.” (C, I, p.105)

<sup>49</sup> C, I, p.100



a crise como mera possibilidade formal é a falta de determinações mais concretas<sup>50</sup>. Para avançar, portanto, o que foi abstraído neste ponto da apresentação de Marx precisa ser paulatinamente determinado: as classes sociais<sup>51</sup> e suas contradições precisam entrar em cena – até aqui os agentes eram meros “possuidores de mercadorias”. Só deste modo a relação-capital ganha existência.

### **2.3 Mistificação e desmistificação: fetichismo como metonímia<sup>52</sup>**

Marx se aproxima criticamente de Hegel porque se apodera do “núcleo racional” do método hegeliano, a apreensão do negativo no positivo como autonegação do positivo, mas diferencia-se e afasta-se do mesmo quando mostra que a aparente igualdade (*identidade*) se ergue sobre profunda desigualdade (*diferença*)<sup>53</sup>: igualdade jurídica em oposição à desigualdade social, esfera da circulação (público) em oposição à esfera da produção (privado), aparência como forma de manifestação em oposição à essência. A inversão das figuras lógicas de *identidade* e *diferença*, que realiza a inversão materialista em torno do “núcleo racional” da dialética hegeliana descortina o que Hegel mistificara<sup>54</sup>.

Contudo, em Marx a contradição não é fruto da relação entre dois sujeitos externos. Ela nasce da autonegação do sujeito capitalista, do capital como forma e o trabalho como substância do valor. É porque o capital atua como sujeito na sociedade capitalista que na apresentação categorial marxiana em “*O Capital*”, a relação entre a esfera da circulação (onde repousa uma aparente *identidade* entre os agentes, conferida

---

<sup>50</sup> É importante lembrar que o abstrato para Marx é o *não determinado*. Seu oposto é o concreto; “[o] concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso.” (C, I, p.14)

<sup>51</sup> “A crise da mercadoria aparece ainda como mera possibilidade formal e abstrata porque as condições reais e históricas baseadas no capital permanecem por enquanto apenas pressupostas para nós. Na medida em que a exposição for negando tais abstrações e pondo em seu lugar as condições mais determinadas da produção capitalista, ou seja, for ponto as classes sociais e as contradições entre elas, a possibilidade abstrata de crise vai ao mesmo tempo convertendo-se em realidade.” (ANTUNES e BENOIT, 2009, p. 43)

<sup>52</sup> Figura de linguagem em que se toma a parte pelo todo.

<sup>53</sup> Lembremos que para Hegel era o oposto: a igualdade predominava sobre a diferença, tal qual a realização da razão na história pela figura harmônica do Estado.

<sup>54</sup> “Há quase trinta anos, numa época em que ela ainda estava na moda, critiquei o lado mistificador da dialética hegeliana. A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede, de modo algum, que ele tenha sido o primeiro a expor as suas formas gerais de movimento, de maneira ampla e consciente. É necessário invertê-la, para descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico.” (C, I, p. 20)

pela igualdade jurídica) e a esfera da produção (baseada na *diferença* social) é apresentada a partir do projeto de crítica interna à Economia Política. Como tal, a crítica marxiana toma os pressupostos da Economia Política e os desenvolve acolhendo a marca contraditória do capital, tanto na sua produção, quanto na circulação e na relação entre ambas sob concorrência. O contrário do projeto que acolhe a contradição como marca que funda a sociabilidade moderna é aquele que a nega e, portanto, acaba por conferir um tom harmônico e perene ao arranjo social capitalista. A raiz da explicação harmônica do capitalismo – que não vê a luta de classes como um fenômeno realmente existente – é a aparência do sistema: no mercado todos os sujeitos sociais são reduzidos a agentes econômicos que trocam voluntariamente mercadorias de igual valor das quais são proprietários privados. O erro teórico é, portanto, a tomada de uma parte específica do sistema econômico como representativa do todo, ou seja, a suposição de que o todo (capitalismo) pode ser representado pela parte (esfera da circulação simples de mercadorias, o mercado); e nessa, reinam a “Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham”<sup>55</sup>, em alusão ao utilitarista e representante da Economia vulgar. Por meio deste “quiproquó”<sup>56</sup> entre *essência* e *aparência*, a Economia Política vulgar (bem como parte da Teoria Econômica moderna) teoriza sobre a essência do mundo econômico a partir da sua superfície – a expressão latina que dá origem ao termo é *quid pro quo* e significa "tomar uma coisa por outra", exatamente a crítica que fazemos da tomada do todo social no capitalismo pela sua aparência.

Ao conceder o estatuto de harmonia a uma sociedade que é, em sua arquitetura, desigual e conflituosa não só se perde se a explicação do nexos interno do capitalismo como se cai em um erro de naturalizar e, portanto, tornar a-histórica essa sociedade. Esse discurso mistificador que concede à divisão de classes um tom identitário ao chamar todos os sujeitos sociais de agentes, naturaliza além das relações sociais as instituições e os processos econômicos no capitalismo. Ao tomar a compra e venda como naturais e eternizar o mercado como arranjo societário os homens viram-se de costas para a natureza

---

<sup>55</sup> “A esfera da circulação ou do intercâmbio de mercadorias, dentro de cujos limites se movimentam compra e venda e força de trabalho, era de fato um verdadeiro éden dos direitos naturais do homem. O que aqui reina é unicamente Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham” (C, I, p.145)

<sup>56</sup> A expressão latina que dá origem ao termo é *quid pro quo* e significa "tomar uma coisa por outra", exatamente a crítica que fazemos da tomada do capitalismo pela sua aparência.

da produção de mercadorias e de capital, qual seja, que o mercado é meramente um processo de igualação de trabalhos humanos – e não uma expressão de uma suposta natureza humana. Marx diz,

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais. [...] Por isso, aos últimos aparecem as relações sociais entre seus trabalhos privados como o que são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas<sup>57</sup>

Ao explicitar o movimento da economia capitalista a partir da relação-capital, Marx desmistifica a naturalização do sistema capitalista operada pela Economia vulgar: não só o capitalismo é historicamente determinado, sendo que se ele teve um começo pode ter, também, seu termo histórico como, além disso, o capital não é autônomo em sua natureza de valorização e não pode, por isso, prescindir do trabalho vivo.

Deste modo, o fetiche consiste na inversão entre o natural e o social, que ao mesmo tempo que esconde a relação entre as classes também eterniza o capitalismo como o fim da história. Essa naturalização é arquitetada pela produção capitalista que, como já largamente debatido, funda-se sob a égide da propriedade privada, que arma a cisão entre classes e enseja a diferenciação social, base sobre a qual se ergue a aparente igualdade no mercado. Assim, o discurso capitalista se assenta sobre uma ilusão ideológica<sup>58</sup>, que caracteriza a produção capitalista como uma mera igualação de trocas dos agentes econômicos na esfera da circulação. O outro lado da naturalização das relações sociais é a reificação (coisificação) das relações humanas. Assim, o fetiche consiste na inversão

---

<sup>57</sup> C, I, p.71

<sup>58</sup> No sentido de falsa consciência, que difere fundamentalmente de uma consciência falsa.

sujeito-predicado na sociedade comandada pelo capital: o capital, que é histórica e socialmente criado pelo homem preside a vida social como verdadeiro sujeito enquanto os homens, verdadeiros sujeitos sociais, aparecem como predicado do seu predicado (o capital). A subsunção formal e real do trabalho ao capital – subordinação pela forma jurídica do contrato sobre a força de trabalho e sujeição ao ritmo da máquina – ao pôr o capital como sujeito e os homens como seus predicados transforma os homens (sujeito) em apêndices (predicado) das suas criações (predicado).

Esta mistificação serve apenas e tão somente ao capital como escamoteamento da realidade de uma sociedade fundada na cisão entre classes. Assim, com essa inversão ideológica a Economia vulgar pôde, desde praticar suas *robinsonadas* até esquivar-se de buscar o valor das mercadorias de forma objetiva, pois que se a sociedade capitalista é um *locus* de iguais, estes é que detêm a determinação do valor como mera valoração ensimesmada e privada mediada pela escassez relativa do bem – o cálculo subjetivo da utilidade marginal. E assim, segue o projeto de crítica à Economia Política como crítica imanente, expondo a derivação lógica de suas categorias.

É, portanto, a crítica do fetiche enquanto naturalização de relações sociais e coisificação das relações humanas que está na base da necessidade de ultrapassar a aparência da sociedade capitalista em busca das determinações essenciais de seu movimento, pois que senão o teórico está condenado a achar semelhanças e regularidades na superfície do sistema, pensando, contudo, que teoriza sobre o nexos interno e a essência dos fenômenos.

## **2.4 As classes e o capital**

A busca pela determinação cada vez mais concreta da crise só se efetiva a partir da exposição do conceito de capital. Para isso, se impõe a superação da mera aparência da sociedade capitalista que coloca os agentes econômicos como indivíduos juridicamente iguais, como proprietários privados de suas mercadorias. Conseqüentemente, se a circulação simples apenas muda as mercadorias de mãos, é necessário investigar o processo de produção destas e conhecer a relação-capital a partir daí.

Como vimos, o circuito de vender para comprar ( $M - D - M$ ) tem seus extremos mediados pelo dinheiro. Do ponto de vista do capitalista, portanto, para que haja produção de mercadorias é necessário que ele possua dinheiro e encontre, no mercado, condições necessárias para produzir mercadorias. Se as condições necessárias à produção de mercadorias<sup>59</sup> são que os produtos do trabalho sejam produzidos para serem vendidos, as condições históricas do capital diferem, pois o capital “só surge onde o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho no mercado, e esta é uma condição histórica que encerra uma história mundial.”<sup>60</sup>

O motivo desta necessidade é que o modo de produção capitalista opera a cisão da sociedade em polos antagônicos definidos a partir da propriedade privada dos meios de produção. A relação-capital “pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho”<sup>61</sup>, “[p]ortanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados.”<sup>62</sup> Como trabalhador o indivíduo é duplamente livre – dos meios de produção e enquanto sujeito livre – e precisa, por isso, vender sua força de trabalho no mercado.

Como capitalista, o sujeito possuidor de dinheiro organiza a produção a partir da compra meios de produção ( $MP$ ) e da força de trabalho ( $FT$ ). De posse destes ele se volta à esfera produtiva (... $P$ ...) <sup>63</sup> e, como qualquer consumidor, realiza o valor de uso de suas mercadorias mediante o consumo, no caso, consumo produtivo. O fato é: não seria economicamente racional produzir se ao final do processo o capitalista recuperasse, em

---

<sup>59</sup> “Na existência do produto como mercadoria estão envolvidas determinadas condições históricas. Para se tornar mercadoria o produto não pode ser produzido como meio de subsistência imediato para o próprio produtor.” (C, I, p.140)

<sup>60</sup> C, I, p.141

<sup>61</sup> C, I, p. 262

<sup>62</sup> C, I, p. 262

<sup>63</sup> As reticências antes e após de  $P$  indicam a mudança entre esfera da circulação e a esfera da produção.

termos de valor, exatamente o capital adiantado, ou até menos que isso. Desta forma, ele precisa, ao final do processo, poder apropriar-se de mais dinheiro do que lançou inicialmente na circulação ao comprar *MP* e *FT*. Portanto, se ele despende *D* na compra de *MP* e *FT*, precisará poder obter *D'* ao final do processo de venda das mercadorias (sob a condição  $D' > D$ ). Contudo, manteremos o pressuposto de que as trocas na esfera da circulação de mercadorias são feitas entre equivalentes. Nos valemos desta condição para lançar a questão: de onde surge o excedente de valor apropriado como lucro pelo capitalista se os valores estão sendo trocados por equivalentes? Ou seja, se o capitalista paga exatamente o valor da força de trabalho<sup>64</sup> e dos meios de produção na compra e vende a mercadoria que tem valor aumentado de *M'* por *D'* – ambas, compra e venda são trocas de equivalentes –, de onde poderia surgir o excesso de valor do qual ele se apodera após vender suas mercadorias?

Como o trabalho é a substância do valor, o valor de uso do qual dispõe o capitalista ao comprar a força de trabalho (*FT*) é, justamente, o de poder criar mais valor do que despendeu na sua compra. Assim, ao iniciar o processo produtivo comprando, em termos de valor, *D* (divididos em *FT* e *MP*) e terminar como *D'* o dinheiro funciona como capital porque se vale do trabalho como fonte de valor e expande seu valor inicial.

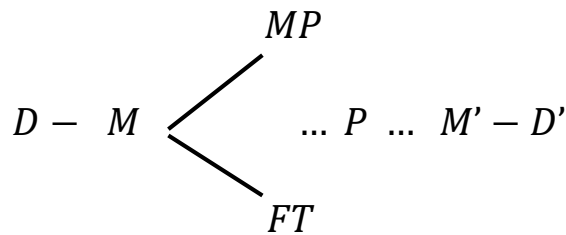
O valor torna-se, portanto, valor em processo, dinheiro em processo e, como tal, capital. Ele provém da circulação, entra novamente nela, sustenta-se e se multiplica nela, retorna aumentado dela e recomeça o mesmo ciclo sempre de novo. [...] De fato, portanto,  $D - M - D'$  é a fórmula geral do capital, como aparece diretamente na esfera da circulação.<sup>65</sup>

A fórmula geral do capital  $D - M - D'$  pode ser aberta esquematicamente,

---

<sup>64</sup> “O valor da força de trabalho, como o de toda outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também reprodução, desse artigo específico. [...] O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor.” (C, I, p.141)

<sup>65</sup> C, I, p. 131



No esquema explicativo de Marx, quando a letra D vem acompanhada de linha (') quer dizer que ela representa valor aumentado, ou seja, D' representa um valor maior que D sem linha. Matematicamente,  $D' = D + \Delta D \rightarrow D' > D$  supondo-se sempre  $\Delta D > 0$ . É este  $\Delta D$  que Marx chama de mais-valor<sup>66</sup>:

A forma completa desse processo é, portanto,  $D - M - D'$ , em que  $D' = D + \Delta D$ , ou seja, igual à soma de dinheiro originalmente adiantado mais um incremento. Esse incremento, ou o excedente sobre o valor original, chamo de — mais-valia (*surplus value*). O valor originalmente adiantado não só se mantém na circulação, mas altera nela a sua grandeza de valor, acrescenta mais-valia ou se valoriza. E esse movimento transforma-o em capital.<sup>67</sup>

Portanto, o capital está determinado como *valor que se valoriza* e se configura como uma relação social com o trabalho assalariado, substância do valor. A ultrapassagem da aparência da circulação simples  $M - D - M$  pela circulação do dinheiro como capital  $D - M - D'$  não só põe o que estava outrora pressuposto na circulação simples — o capital — como desnuda a lógica expansiva do valor, que dá sentido ao processo econômico capitalista. Quanto a isso Marx é claro:

A circulação simples de mercadorias — a venda para a compra — serve de meio para um objetivo final que está fora da circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades. A circulação do dinheiro como capital é, pelo contrário, uma finalidade em si mesma, pois a valorização do valor só existe dentro desse

---

<sup>66</sup> Aqui utilizamos a tradução mais-valor, porém, na edição escolhida o termo é o já consagrado na literatura marxista, “mais-valia”. Mais-valia e mais-valor são intercambiáveis e querem dizer exatamente a mesma coisa, como já apontado anteriormente.

<sup>67</sup> C, I, 128

movimento sempre renovado. Por isso *o movimento do capital é insaciável*.<sup>68</sup>

A produção no capitalismo é, portanto, produção de capital. A atividade produtiva sob o capitalismo é, como em qualquer outra época histórica, processo de trabalho<sup>69</sup> no sentido de uma atividade teleológica do homem para transformar e apropriar-se da natureza. Contudo, a produção de valores de uso só faz sentido na medida em que eles são suportes ao valor de troca (forma de manifestação do valor). Desta feita, a produção sob o capitalismo é ao mesmo tempo processo de trabalho e processo de valorização, ou seja, conservação e aumento do valor inicial.

Assim, ao comprar os meios de produção (MP) e a força de trabalho (FT) como mercadorias, o capitalista, ao voltar-se à produção tem estas mercadorias agora como partes componentes do capital inicial e as utilizará como fatores do processo de produção visando a expansão do valor adiantado na produção de mercadorias que incorporem mais-valor. Ao combinar essas mercadorias como fatores do processo de produção, Marx denomina ambos da perspectiva de sua função no processo de valorização: enquanto os meios de produção conservam e transferem seu valor ao produto final ele os chama de *capital constante*; como a força viva de trabalho tem por valor de uso a produção de valor, ao final do processo não só o trabalhador reproduz, em termos de valor, o necessário à sua existência (e o recebe como salário) como gera um incremento, portanto, recebe o nome de *capital variável*.<sup>70</sup>

---

<sup>68</sup> C, I, 129, grifos nossos

<sup>69</sup> “O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais.” (C, I, p.153)

<sup>70</sup> “Meios de produção, de um lado, e força de trabalho, do outro, são apenas as diferentes formas de existência que o valor do capital originário assumiu ao desfazer-se de sua forma dinheiro e ao transformar-se nos fatores do processo de trabalho. A parte do capital, portanto, que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, matérias auxiliares e meios de trabalho, não altera sua grandeza de valor no processo de produção. Eu a chamo, por isso, parte constante do capital, ou mais concisamente: capital constante. A parte do capital convertida em força de trabalho em contraposição muda seu valor no processo de produção. Ela reproduz seu próprio equivalente e, além disso, produz um excedente, uma mais-valia que ela mesma pode variar, ser maior ou menor. Essa parte do capital transforma-se continuamente de grandeza constante em grandeza variável. Eu a chamo, por isso, parte variável do capital, ou mais concisamente: capital variável. As mesmas partes componentes do capital, que do ponto de vista do processo de trabalho



No processo de valorização esses fatores se combinam para formar uma mercadoria final com valor aumentado. A mercadoria resultante da produção deve fazer o dinheiro funcionar como capital, portanto, a parte constante do capital deve transferir seu valor ao produto final e a parte variável, além de conservar seu valor, deve criar mais-valor:

A mercadoria de valor  $w$ , resultado do processo produtivo é composta, portanto,

$$w = c + v + m$$

Onde:

$w$  = valor da mercadoria

$c$  = capital constante

$v$  = capital variável

$m$  = mais-valor

## 2.5 Capital x Trabalho: a fonte das contradições

O capitalista, ao contratar trabalho, organiza sua produção mediante uma jornada de trabalho. A força de trabalho (FT) e os meios de produção (MP), ao se transformarem em capital constante ( $c$ ) e capital variável ( $v$ ) entram no processo de trabalho com funções<sup>71</sup> diferentes, por isso, é preciso que a jornada de trabalho reflita esta distinção.

Tomando uma jornada de trabalho arbitrária de 12 horas, aos moldes dos exemplos de Marx em “*O Capital*”, pode-se dividi-la da seguinte forma: supondo-se o valor da força de trabalho equivalente a 6 horas de trabalho, um trabalhador contratado produz nas 6 primeiras horas o equivalente ao que ele precisa para se reproduzir em termos de valor, ou seja, seu salário. Nas 6 horas restantes ele trabalha “de graça” para o capitalista, gerando excedente de valor para ele. Este tempo da jornada de trabalho que o trabalhador reproduz seu valor Marx chama de tempo de trabalho necessário, versus o

---

se distinguem como fatores objetivos e subjetivos, como meios de produção e força de trabalho, se distinguem, do ponto de vista do processo de valorização, como capital constante e capital variável. (C, I, p.171)

<sup>71</sup> “Ao apresentar os papéis que os diversos fatores do processo de trabalho desempenham na formação do valor do produto, caracterizamos, de fato, as funções das diferentes partes componentes do capital em seu próprio processo de valorização.” (C, I, p.171)

tempo de trabalho excedente, no qual o trabalhador produz excedente de valor apropriado pelo capitalista.

Pelo fato de o trabalho ser incluído como capital variável e, portanto, parte do capital inicial o capitalista acredita que o capital pode valorizar-se autonomamente, por si mesmo<sup>72</sup>, prescindindo do trabalho para isso. Esse fetiche do capital está na raiz da luta pelo esmagamento da parte necessária da jornada de trabalho e alargamento relativo da parte que o trabalhador gera mais-valor. A mera alteração do limite extensivo da jornada, aumentando-a para 13, 14, 15 horas aparece como primeira tentativa do capitalista para aumentar seus lucros e se chama extração de *mais-valor absoluto*. Contudo, a luta histórica do proletariado assegurou-lhes direitos trabalhistas e a regulação legal da jornada de trabalho. Restou ao capitalista, com uma jornada de trabalho estabelecida, modificar a proporção entre o tempo alocado na parte necessária da jornada e o tempo alocado na parte excedente, visando prolongar o segundo sobre o primeiro:

A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa.<sup>73</sup>

A forma pela qual o capitalista consegue extrair o *mais-valor relativo* é mediante redução do valor da força de trabalho diminuindo a parcela relativa de tempo alocada como tempo de trabalho necessário. Sem precisar subremunerar a força de trabalho, o capitalista alcança tal objetivo mediante o aumento da produtividade<sup>74</sup> do trabalho e o

---

<sup>72</sup> “O capitalista, ao transformar dinheiro em mercadorias, que servem de matérias constituintes de um novo produto ou de fatores do processo de trabalho, ao incorporar força de trabalho viva à sua objetividade morta, transforma valor, trabalho passado, objetivado, morto em capital, em valor que se valoriza a si mesmo, um monstro animado que começa a “trabalhar” como se tivesse amor no corpo.” (C, I, p.160-161)

<sup>73</sup> C. I, p.251

<sup>74</sup> “Enquanto pois na produção da mais-valia, na forma até aqui considerada, o modo de produção é suposto como dado, não basta de modo algum, para produzir mais-valia mediante a transformação do trabalho necessário em mais-trabalho, que o capital se apodere do processo de trabalho em sua forma historicamente herdada ou já existente, e apenas alongue sua duração. Tem de revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, portanto o próprio modo de produção, a fim de aumentar a força produtiva do trabalho, mediante o aumento da força

constante revolucionamento técnico da produção. O processo histórico pelo qual passou a produção capitalista se inicia com a separação do trabalhador direto dos meios de produção<sup>75</sup>, a assim chamada *acumulação primitiva* ou *originária*. Após a consolidação dessa cisão, o capital organiza a produção sob sua tutela: da justaposição espacial dos artesãos surge a cooperação<sup>76</sup>, que evolui para certa especialização dos trabalhadores<sup>77</sup> em ramos específicos da produção total. A luta intercapitalista posta pela concorrência motiva a redução da parte necessária da jornada de trabalho enquanto tenta aumentar o tempo de trabalho excedente, gerador de mais-valor. Neste processo histórico, com o desenvolvimento das forças produtivas e da ciência, as ferramentas, outrora sob manipulação do trabalhador direto são metamorfoseadas em máquinas<sup>78</sup>, as quais imprimem a regularidade mecânica à produção ao invés do tempo humano, sujeito a variações e imperfeições no processo produtivo: o homem passa, portanto, de produtor direto a supervisor de um sistema articulado de máquinas, transformando o trabalhador em mero expectador do autômato produtivo.

Na luta entre os opostos (capital x trabalho) a taxa de mais-valor<sup>79</sup> aparece como expressão econômica da negatividade imanente do capital. Portanto, um dos componentes da *essência* da crise é justamente o movimento<sup>80</sup> da taxa de mais-valor no sentido de

---

produtiva do trabalho reduzir o valor da força de trabalho, e assim encurtar parte da jornada de trabalho necessária para a reprodução deste valor. (C, I, 251)

<sup>75</sup> “A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção.” (C, I, p. 262)

<sup>76</sup> “A forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos, chama-se cooperação.” (C, I, p. 259)

<sup>77</sup> “Do produto individual de um artífice autônomo, que faz muitas coisas, a mercadoria transforma-se no produto social de uma união de artífices, cada um dos quais realiza ininterruptamente uma mesma tarefa parcial.” (C, I, p. 268)

<sup>78</sup> “Se examinamos, agora, mais de perto a máquina-ferramenta ou máquina de trabalho propriamente dita, então reaparecem, grosso modo, ainda que freqüentemente sob forma muito modificada, os aparelhos e ferramentas com que o artesão e o trabalhador de manufatura trabalham, não como ferramentas do homem, porém agora como ferramentas de um mecanismo ou ferramentas mecânicas.” (C, I, p. 8-9)

<sup>79</sup> “Como o valor do capital variável = ao valor da força de trabalho comprada por ele, como o valor dessa força de trabalho determina a parte necessária da jornada de trabalho, enquanto a mais-valia, por seu lado, é determinada pela parte excedente da jornada de trabalho, segue-se: a mais-valia está para o capital variável como o mais-trabalho para o necessário, ou a taxa da mais-valia  $\frac{m}{v} = \frac{\text{mais-trabalho}}{\text{trabalho-necessário}}$ .” (C, I, p.177)

<sup>80</sup> Mais à frente discutiremos a taxa de lucro e sua dinâmica, à qual interessa o movimento da taxa de mais-valor.

expressar a constante luta do capital em rebaixar o trabalho. O outro componente, a composição orgânica do capital, será apresentado mais à frente.

## **2.6 O fosso entre produção e consumo: produtividade e desmedida**

Com o mais-valor relativo se “eleva absolutamente a capacidade de produção da classe trabalhadora sem, contudo, elevar na mesma escala sua capacidade total de consumo. A força produtiva do trabalho se eleva, e com ela a massa total de riqueza, sem elevar, contudo, a massa de consumo dos trabalhadores.”<sup>81</sup> A taxa de mais-valor ( $m/v$ ) é a relação entre a apropriação das duas classes na medida em que ela expressa uma relação entre o mais-valor abocanhado pelo capitalista ( $m$ ), portanto é uma medida da produtividade do trabalho em relação ao que é apropriado pelo trabalhador ( $v$ ), representado por seu salário. É essa diferença crescente entre mais-valor e salário que aumenta a distância entre o trabalhador e a riqueza social por ele produzida, mas não absorvida pela classe explorada. “Com a produção de mais-valor relativo, o fosso social entre produção e consumo se aprofunda e, assim, está posta a nova possibilidade para uma crise de superprodução.”<sup>82</sup> Ou seja, a produção capitalista ( $D - M - D'$ ) em seu funcionamento perde a *medida* da magnitude do valor que havia na circulação simples ( $M - D - M$ ), as necessidades de consumo. Esta determinação da crise chama-se desmedida e é constitutiva da produção de capital. A desmedida é a perda da autorreferência do sistema capitalista e se configura como traço estrutural da sociedade cuja dinâmica é governada pelo capital, que, portanto, opera em constante instabilidade por ser um sistema complexo e cronicamente contraditório.

Nas “*Teorias da Mais-Valia*” Marx aponta para essa questão da autorreferência e usa o termo “estalão” para a questão da medida, evidenciando o fosso entre produção e consumo. Segundo ele,

Mas, antes de mais nada, o processo global de acumulação se reduz a *produção ampliada* que, por um lado, corresponde ao crescimento

---

<sup>81</sup> ANTUNES e BENOIT, 2009, p. 54

<sup>82</sup> ANTUNES e BENOIT, op. cit., 54

natural da população e, por outro, constitui a fase imanente dos fenômenos que se manifestam nas *crises*. O estalão dessa produção excedente é o próprio *capital*, a escala existente das condições de produção e o afã sem limites do capitalista para enriquecer, para capitalizar, e de modo nenhum o *consumo* que é de início reprimido, uma vez que a maior parte da população, a população trabalhadora só pode expandir seu consumo dentro de limites estreitos.<sup>83</sup>

Tendo a relação-capital como sujeito semovente da dinâmica capitalista e conhecendo suas contradições fundantes, cabe-nos, no circuito do próprio capital, alcançar mais determinações e um grau de concreticidade mais próximo da realidade efetiva. Até aqui investigou-se a esfera da produção separada como a esfera na qual se produzem as mercadorias e se valoriza o capital.

---

<sup>83</sup> Teorias, II, p. 928

### 3. A crise no Livro II

“Quanto mais perseguirmos o processo de valorização do capital, tanto mais a relação-capital há de se mistificar e tanto menos há de por a nu o segredo de seu organismo interno.”

(Karl Marx)

#### 3.1 As três figuras de capital e suas crises: desmedida

Expostas as determinações da produção, é necessário investigar o processo de circulação de capital, ou seja, debruçar-se sobre como as mercadorias produzidas circulam e realizam seu valor (como são vendidas).

Como já exposto previamente, o capital percorre o circuito  $D - M - D'$ , que pode ser aberto esquematicamente revelando as duas metamorfoses das mercadorias mediadas pela produção: compra ( $D - M$ ) de força de trabalho e meios de produção pelo dinheiro adiantado na esfera da circulação pelo capitalista e que passam à esfera produtiva como componentes do processo produtivo, bem como sua reconversão em dinheiro após a venda da mercadoria ( $M - D$ ). A exposição de tal movimento pode ser vista por ângulos distintos a depender de qual parte do processo se inicia a análise.

São três<sup>84</sup> os ciclos que todo capital industrial percorre:

- I. Ciclo do Capital Monetário:  $D - M \dots P \dots M' - D'$
- II. Ciclo do Capital Produtivo:  $P \dots M' - D' - M \dots P$
- III. Ciclo do Capital-Mercadoria:  $M' - D' - M \dots P \dots M'$

---

<sup>84</sup> “Capital monetário, capital-mercadoria, capital-produtivo não designam aqui tipos autônomos de capital, cujas funções constituam o conteúdo de ramos de negócios igualmente autônomos e mutuamente separados. Designam aqui apenas formas funcionais específicas do capital industrial, que assume todas as três, uma após a outra.” (C II, p. 41)

O mais importante é notar que “cada capital industrial individual encontra-se em todos os três estágios ao mesmo tempo”<sup>85</sup>, sendo, que, portanto, “o ciclo global é a verdadeira unidade de suas três formas.”<sup>86</sup>

Ora, se o capital deve constantemente transcorrer os ciclos expostos, uma condição logicamente necessária é que a passagem entre os ciclos não se interrompa abruptamente, emperrando a metamorfose fluida entre as formas do capital e seus ciclos. O que ocorre em tais situações de interrupção é justamente a possibilidade formal de crise mais desenvolvida<sup>87</sup>: se o capital se fixar como capital monetário, ocorre o acúmulo de tesouro, a mesma crise monetária exposta na circulação simples. Se se fixa em capital produtivo, os fatores de produção ficam ociosos nas mãos dos capitalistas, gerando desemprego pela subutilização da força de trabalho e outros componentes da produção. Caso haja paralisia na forma de capital-mercadoria enfrenta-se uma crise de realização das mercadorias, ou seja, mercadorias produzidas que não são vendidas<sup>88</sup>.

Como todo capital industrial percorre as três fases, o movimento efetivo da circulação é a justaposição de diversos capitais em seus ciclos particulares, parecendo, a cada um deles, indiferente o que acontece com outros capitais. Porém, o fim de um ciclo é o início de outro movimento. A um capital torna-se fundamental o que acontece na fase que lhe antecede ou sucede, já que na circulação o capital não se esgota em seu movimento particular. Assim, como o que deve reinar é a fluidez dos processos, quando se interrompe a passagem entre eles, mais do que um problema particular do capital que percorre seu ciclo, toda a cadeia de ciclos justapostos pode se interromper ou se dificultar. Reaparece a determinação da crise já exposta na inadequação entre produção e consumo para o capital individual, agora na circulação do capital social: a desmedida. Antes a

---

<sup>85</sup> C II, p. 76

<sup>86</sup> C II, p. 76

<sup>87</sup> “O processo global de circulação ou o processo global de reprodução do capital é a unidade de sua fase de produção e de sua fase de circulação, um processo que abrange dois processos como fases suas. Aí reside nova possibilidade desenvolvida ou forma abstrata de crise.” (Teorias, II, p. 948)

<sup>88</sup> “O ciclo do capital só se efetua normalmente enquanto suas diferentes fases se desenvolvem sucessivamente sem paralisações. Se o capital se detém na primeira fase, D - M, então o capital monetário se fixa em tesouro; se na fase da produção, então os meios de produção jazem sem função, de um lado, enquanto, do outro, a força de trabalho permanece desocupada; se na última fase, M' - D' , então as mercadorias invendáveis acumuladas obstruem o fluxo da circulação.”(C II, p. 41)

desmedida era a perda de referência entre consumo e produção, aqui, a perda de medida aparece como a inadequação entre produção e consumo não para um capital individual, mas para o conjunto dos ciclos na repartição das quantidades de valor em cada uma das formas, ou seja, o atravancamento das metamorfoses da circulação do capital social. É preciso ressaltar que apesar de exposta a desmedida em um nível mais concreto do que antes, ainda não se conhece seu fundamento - prossigamos.

### 3.2 Capital fixo e capital circulante e seus fundos de reserva

A busca pelo entendimento do movimento do capital leva Marx a apresentar outras determinações da circulação, as categorias de capital fixo e capital circulante<sup>89</sup> (ou fluido). No processo de valorização duas categorias tinham sido apresentadas, capital constante (materiais de trabalho e meios de trabalho) e capital variável (força de trabalho). No processo de circulação, Marx apresenta tais fatores de produção reorganizados sob as rubricas de capital fixo (meios de trabalho) e capital circulante (força de trabalho e materiais de trabalho).

Tabela 2 – Figuras materiais e categorias de capital

Figuras materiais	Processo de Valorização (esfera da produção)	Processo de Circulação (esfera da circulação)
Meios de trabalho (fábricas e máquinas)	Capital Constante	Capital Fixo
Materiais de trabalho (matérias primas e insumos)		Capital Circulante
Força de trabalho	Capital Variável	

Fonte: elaboração própria

<sup>89</sup> “Essa parte do valor-capital fixada no meio de trabalho circula como qualquer outra. Já vimos, de modo geral, que todo o valor-capital está em circulação continua e, nesse sentido, todo capital é capital circulante. Mas a circulação da parte do capital aqui considerada é peculiar. Primeiro, não circula em sua forma útil, mas apenas seu valor circula, e de modo gradual, fracionário, na medida em que passa dele ao produto que circula como mercadoria. Durante todo o tempo em que funciona, parte de seu valor fica sempre fixada nele, independente das mercadorias que ajuda a produzir. Por essa peculiaridade essa parte do capital constante obtém a forma de *capital fixo*. Os demais elementos do capital adiantado no processo de produção formam, em contrapartida, o *capital circulante* ou *fluido*. (C, II, 118)



Basicamente estas duas categorias dizem respeito sobre a forma como o capital cede valor ao produto final do processo produtivo. O capital fixo tem este nome porque seu valor está *fixado* na “figura material” do meio de trabalho, que vai cedendo valor à mercadoria produzida em partes alíquotas, servindo por mais de um processo produtivo. Portanto, uma máquina tem na sua depreciação a cessão de valor à mercadoria em cada processo produtivo. Diferentemente, o capital circulante a cada novo processo produtivo precisa ser readquirido porque cede integralmente seu valor à mercadoria, é o caso dos insumos, matérias primas e da força de trabalho.

Contudo, a cessão de valor à mercadoria concerne à esfera produtiva, enquanto a renovação do capital produtivo se dá no mercado. Para que o prosseguimento da produção se dê é necessário expor algumas determinações da circulação, fundamentalmente uma dimensão temporal que é crucial à exposição nesta altura: a rotação do capital. O tempo de funcionamento de cada capital é seu tempo de rotação<sup>90</sup>, tempo no qual o valor adiantado valoriza-se e é recuperado ao final.

Como o capital fixo é justamente definido pela cessão paulatina de seu valor às mercadorias que produz, mesmo tendo sido pago integralmente, seu valor adquire uma dimensão dupla<sup>91</sup>, em que “revela-se a peculiaridade da rotação desse elemento do capital produtivo. A transformação de seu valor em dinheiro ocorre paralelamente com a metamorfose em dinheiro da mercadoria, que é seu portador de valor. Mas sua retransformação de forma-dinheiro em forma útil se separa da retransformação da

---

<sup>90</sup> “O ciclo do capital definido não como ato isolado, mas como processo periódico chama-se rotação do capital. A duração dessa rotação é determinada pela soma de seu tempo de produção e de seu tempo de circulação. Essa soma de tempos constitui o tempo de rotação do capital. Ela mede, portanto, o intervalo entre um período de circulação do valor-capital total e o seguinte, a periodicidade no processo de vida do capital ou, se se quiser, o tempo da renovação, da repetição do processo de valorização, respectivamente de produção do mesmo valor-capital.” (C, II, p.115)

<sup>91</sup> “Seu valor adquire, portanto, então existência dupla. Parte dele permanece vinculada à sua forma útil ou natural, que pertence ao processo de produção, outra parte se desprende dela como dinheiro. No decorrer de seu funcionamento, a parte de valor do meio do trabalho que existe em forma natural diminui constantemente, enquanto a parte de seu valor convertida em dinheiro aumenta constantemente, até que finalmente sua vida se finda e seu valor total, separado de seu cadáver, se tenha transformado em dinheiro.” (C, II, 121)

mercadoria em seus demais elementos de produção e se determina muito mais por seu próprio período de reprodução, isto é, pelo tempo de vida do meio de trabalho, ao cabo do qual tem de ser substituído por outro exemplar da mesma espécie.”<sup>92</sup> Deste modo, torna-se fundamental que o capitalista tenha, em suas mãos, um fundo<sup>93</sup> de reserva para a reposição do capital fixo, que é acumulado mediante a realização das mercadorias produzidas. Ou seja, caso não sejam vendidas as mercadorias já produzidas, o fundo monetário para reposição do capital fixo não se acumula, mesmo tendo havido cessão de valor deste capital fixo para a produção da mercadoria travada no mercado. Esta dinâmica tem a ver com as fases do ciclo periódico de negócios porque “em virtude desse ciclo de rotações conexas, que compreende uma série de anos, no qual o capital está retido por seu componente fixo, resulta uma base material das crises periódicas, nas quais o negócio passa por períodos sucessivos de depressão, atividade média, precipitação, crise. Sem dúvida, os períodos em que se investe capital são bem diferentes e não-coincidentes. Entretanto, a crise constitui sempre o ponto de partida de um grande investimento novo.”<sup>94</sup>

O capital circulante, que congrega os instrumentos de trabalho e o gasto com força de trabalho também precisa ser periodicamente renovado a cada novo processo produtivo dado que é inteiramente consumido em cada rodada de produção. A ideia equivalente àquela exposta para o capital fixo é apresentada por Marx, que deixa claro a necessidade de um fundo de reserva que financie também o capital circulante. Ele critica os economistas<sup>95</sup> porque estes não atentam para uma necessidade vital ao capitalista, que

---

<sup>92</sup> C, II, 121

<sup>93</sup> “Embora, como vimos, o capital fixo continue a atuar *in natura* no processo de produção, parte de seu valor, conforme a depreciação média, circulou com o produto e foi transformada em dinheiro, constituindo elemento do fundo de reserva monetária para a reposição do capital no momento de sua reprodução *in natura*” (C, II, p.126)

<sup>94</sup> C, II, p. 136-137

<sup>95</sup> “Os economistas, nos quais, aliás, não se encontra nenhuma explicação clara do mecanismo da rotação, deixam o tempo todo de ver esse movimento principal, de que apenas parte do capital industrial pode estar efetivamente engajada no processo de produção, e isso se a produção deve avançar de modo ininterrupto. Enquanto parte se encontra no período de produção, outra parte precisa estar sempre no período de circulação. Ou, em outras palavras, parte só pode funcionar como capital produtivo com a condição de que outra parte – em forma de capital – mercadoria ou de capital monetário – fique subtraída da produção propriamente dita. Ao se negligenciar isso, negligencia-se, em geral, o significado e o papel do capital monetário.” (C, II, p.199)

apenas parte do capital atue como capital-produtivo, tendo outra parte que estar na circulação sob a forma de capital monetário ou capital-mercadoria e que constitua, portanto, esse fundo para renovação da produção.

O ponto a ser observado é a coerência do argumento, pois, se antes foi exposto que a desmedida é uma determinação da crise (ainda abstrata) pelo fato de que a circulação consiste na justaposição dos capitais em seus ciclos, mantém-se o argumento: para que o capital fixo seja periodicamente renovado e que, portanto, a renovação do capital circulante não signifique a suspensão das atividades existe a necessidade da manutenção de fundos de reserva em dinheiro, a fim de que a proporção correta entre os capitais em seu movimento fluido entre seus ciclos seja mantida para o prosseguimento da atividade econômica. Apesar de ter sido apresentada mais uma determinação da desmedida, seu conteúdo ainda é obscuro até aqui.

### **3.3 Os esquemas de reprodução: a medida do (des)equilíbrio**

Apresentadas diversas determinações da circulação e suas imbricações com a produção, temos a possibilidade de adentrar ao esquema de funcionamento da economia em busca da proporção que equilibra (ou não) o processo de reprodução, ou seja, a busca pela medida na circulação. O próprio autor anuncia que ao se observar o resultado do funcionamento anual do capital social (o produto-mercadoria de um ano) é necessário distinguir as dimensões do capital individual em relação às do capital social, porque a reprodução do capital social “abrange, ao mesmo tempo, a reprodução (isto é, a manutenção) da classe capitalista e da classe trabalhadora e, portanto, também a reprodução do caráter capitalista do processo de produção global.”<sup>96</sup>

Insistimos sempre na necessidade metódica de atentar para a dimensão da concretude alcançada pela apresentação marxiana de um ponto de vista da dialética materialista. Quando apresenta o capital social Marx o faz em uma chave menos abstrata, mas ainda não plenamente determinada e o motivo disto é que ainda abstraiu-se a concorrência até aqui. No Livro I a determinação essencial do capital era a de funcionar

---

<sup>96</sup> C, II, p.291

como *valor que se valoriza*, independente da sua “figura material”. Era indiferente à apresentação se era a aguardente, o linho, o casaco ou a bíblia que funcionavam como capital. Mantida essa determinação fundante e essencial da figura de capital, ao apontar para a relação entre o capital individual e o social, Marx retoma a ideia apresentada durante a discussão dos ciclos do capital de que a reprodução se determina pela relação entre os capitais individuais como frações parcialmente autonomizadas<sup>97</sup> do capital social. Essa relação aponta para duas questões centrais. A primeira é que os capitais individuais, autonomamente apreendidos têm suas dimensões particulares, contudo, suas relações entre si é que determinam a processualidade do capital social. A apreensão do capital social como mediação entre capitais individuais parcialmente autonomizados ainda não expõe a “pluralidade dos capitais”, mantendo a apresentação ainda no terreno abstrato, do “capital em geral”<sup>98</sup>, que será superada com a introdução da concorrência e das figuras assumidas pelo mais-valor, objeto do Livro III. A segunda questão é menos evidente: é necessário abstrair a *indiferença* quanto a “figura material” do capital, noutros termos, o valor de uso<sup>99</sup> importa e é necessário ser recolocado em perspectiva. Este ponto é importante porque autores consagrados como Sweezy<sup>100</sup> negligenciaram a importância do valor de uso na obra marxiana e foram devidamente criticados por Rosdolsky porque “não seguem seu mestre Marx, mas sim Ricardo, a quem ele criticou.”<sup>101</sup>

É por isso que, para Marx, “[a] questão que se coloca imediatamente é a seguinte: como o *capital* consumido na produção é repostado, quanto ao valor, a partir do produto

---

<sup>97</sup> “Capital monetário e capital-mercadoria, na medida em que aparecem em suas funções de portadores de ramos próprios de negócios, ao lado do capital industrial são somente modos de existência, autonomizados e desenvolvidos unilateralmente pela divisão social do trabalho, das diferentes formas de função que, dentro da esfera da circulação, o capital industrial ora adota, ora abandona.” (C, II, p.43)

<sup>98</sup> Sobre isso, Cf. ROSDOLSKY (2001), cap. 2

<sup>99</sup> “Ao se considerar o todo da produção da sociedade, é preciso pensar se o *que* é necessário é produzido nas *quantidades* necessárias. O avanço da apresentação sistemática requer, portanto, o retorno do valor de uso à análise. O que não significa que ele seja importante "por si mesmo", descaracterizando o capital como valor que se valoriza; ao contrário, a determinação dos valores de uso se subordina à da autovalorização, consistindo a *subjetividade* mais complexa do capital social precisamente nesta divisão quantitativa e qualitativa de suas "partes componentes" para a consecução da reprodução do capital da sociedade. (GRESPLAN, 2012, p.154)

<sup>100</sup> “Marx excluiu o valor de uso (ou, como é atualmente chamado, a "utilidade") do campo de investigação da Economia Política sob a alegação de que não representa diretamente uma relação social. Impõe ele a rigorosa condição de que as categorias da Economia devem ser categorias sociais, ou seja, categorias que representam relações entre pessoas.” (SWEETZY, 1983, p.33)

<sup>101</sup> ROSDOLSKY, 2001, p.77

anual, e como se entrelaça o movimento dessa reposição com o consumo da mais-valia pelos capitalistas e do salário pelos trabalhadores?”<sup>102</sup> Para isto ele se utiliza dos seus esquemas de reprodução, um modelo geral de funcionamento da circulação capitalista. Para os fins que nos importam neste trabalho optamos pela apresentação do modelo geral e de suas conclusões ao invés da discussão de qualquer exemplo ou caso particular. Na apresentação dos capítulos XX e XXI do Livro II há inúmeros exemplos numéricos nos quais cada transação é esmiuçada e todas suas implicações são apresentadas. Poderíamos seguir diversos autores na apresentação de tais esquemas, fazemos, contudo, a opção por seguir Jorge Grespan (2012) porque além de apresentar o argumento formalizado de forma clara, concordamos com sua posição metodológica na leitura de Marx.

Marx constrói o seu esquema de reprodução da seguinte forma:

$$\text{Setor 1: } c_1 + v_1 + mv_1 = p_1$$

$$\text{Setor 2: } c_2 + v_2 + mv_2 = p_2$$

em que:

- 1 é o setor de produção de **meios de produção** e  $p_1$  seu produto
- 2 é setor de produção de **meios de consumo** e  $p_2$  seu produto
- $c_i$  é o **capital constante** do setor  $i$ ,  $i = 1,2$
- $v_i$  é o **capital variável** do setor  $i$ ,  $i = 1,2$
- $mv_i$  é o **mais-valor** do setor  $i$ ,  $i = 1,2$

Ambos setores determinam independentemente a magnitude da alocação de valor em cada uma de suas partes componentes, mas têm o consumo intersetorial como sua relação recíproca já que um setor é comprador do produto produzido pelo outro. Como fica claro pelo sistema de equações, o setor 1 deve produzir como  $p_1$  a totalidade dos meios de produção para que ambos os setores possam reproduzir seu capital constante ( $c$ ), enquanto o setor 2 produz  $p_2$ , a totalidade dos meios de consumo adquiridos pelos trabalhadores e capitalistas de ambos os setores, respectivamente via salários ( $v$ ) e mais-valor ( $mv$ ).

Esquemáticamente,

$$p_1 = c_1 + c_2$$

---

<sup>102</sup> C, II, p.292

$$p2 = v1 + mv1 + v2 + mv2$$

Como  $p1$  é produção de meios de produção, o setor 1 acaba por transacionar internamente a “figura material” adequada para reposição de  $c1$ , o capital constante, dentro do próprio setor entre os próprios capitalistas. Assim também o consumo dos capitalistas e trabalhadores no setor 2 já possui sua “figura material” adequada, posto que o setor produz meios de consumo, sendo estes transacionado internamente. Sobra a necessidade de repor  $c2$ . Assim o fazem os capitalistas do setor 2 ao comprar, do setor 1, meios de produção no valor dos meios de consumo vendidos aos trabalhadores e capitalistas do setor 1 ( $v1 + mv1$ ).

Isto pode também ser derivado matematicamente substituindo  $p1$  e  $p2$  nas equações acima,

$$(c1 + v1 + mv1) = c1 + c2$$

$$(c2 + v2 + mv2) = v1 + mv1 + v2 + mv2$$

Por simples manipulação algébrica em qualquer uma das duas equações deriva-se a condição básica para o que Marx chama de **Reprodução Simples**, a mera continuidade em escala *simples* da reprodução, ou seja, reprodução na qual todo mais-valor é consumido como renda pelos capitalistas e nada é reinvestido:

$$c2 = v1 + mv1$$

Contudo, como já foi apontado diversas vezes por nós, o motivo indutor do negócio capitalista é o lucro, portanto, do ponto de vista do capitalista seu consumo é subordinado à lógica da acumulação, o real motivo indutor da produção. O que dá o caráter capitalista à reprodução é a acumulação: o reinvestimento do mais-valor em capital constante e variável para ampliação das bases de produção para os próximos períodos. Configura-se com a capitalização do mais-valor a **Reprodução Ampliada**. A diferença em termos das equações acima descritas é que agora parte de  $mv1$ , antes utilizada em sua totalidade em consumo pelos capitalistas, agora é reinvestida pelo

intercâmbio interno no próprio setor 1, de meios de produção, compra de  $c_1$ . Formalmente, agora temos:

$$c_2 < v_1 + mv_1$$

É evidente que o crescimento de  $c_1$  precisa ser acompanhado de aumento de  $v_1$  para manutenção da composição orgânica do capital – a relação de valor entre os componentes do capital adiantado ( $c/v$ ) – no setor 1. Os reflexos disso são: maior massa salarial no setor 1 puxa o consumo no setor 2, que com mais dinheiro, agora pode ampliar a compra de capital constante, além de poder retirar de  $mv_2$  fundos para investir. O ponto central é: é possível que haja equilíbrio sob reprodução em escala ampliada, desde que exista a manutenção das proporções corretas entre os setores.

Entretanto, a manutenção das proporções corretas na sociedade capitalista é dificultada pelo fato de que não há um planejamento prévio, tampouco consciente da produção total. Ao contrário, a circulação da produção capitalista se dá *ex post*, no mercado, onde o livre jogo entre oferta e demanda mostrará se “o estômago do mercado pode absorver” ou não o resultado da produção. Quanto a isso, Marx é lapidar quando confronta duas sociedades hipotéticas e seu modo de funcionamento,

Pensemos a sociedade como não sendo capitalista, mas **comunista**: então o capital monetário desaparece completamente, portanto também os disfarces das transações que dele decorrem. A coisa se reduz simplesmente ao fato de que a **sociedade precisa calcular de antemão quanto trabalho, meios de produção e meios de subsistência ela pode**, sem qualquer quebra, **aplicar** em ramos de atividade que, como a construção de ferrovias, não fornecem por um tempo mais longo, um ano ou até mais, meios de produção nem meios de subsistência, nem efeito-útil, mas retiram trabalho, meios de produção e meios de subsistência do produto total anual. **Na sociedade capitalista**, pelo contrário, onde a racionalidade social só se faz valer sempre *post festum*, **podem e têm de ocorrer constantemente grandes**

perturbações.<sup>103</sup>

### **3.4 Desproporção intersetorial e subconsumo: a desmedida como forma de manifestação abstrata da crise**

O esquema marxiano de apresentação da reprodução consiste, basicamente, na busca pelas condições de “equilíbrio” do sistema. Um setor precisa transacionar, em termos de valor, com o outro na exata necessidade que mantenha as proporções da reprodução ampliada e da acumulação de capital. A própria ocorrência da reprodução ampliada, fruto da produção de capital, representa, em si, uma desmedida em relação ao que é necessário para a reprodução simples. Se as proporções de investimento dos setores não respeitarem a condição de equilíbrio necessária à reprodução ampliada [ $c2 < v1 + mv1$ ], o descompasso entre os dois setores pode representar uma crise conhecida na literatura marxista como crise de desproporção intersetorial.

Ademais, no decurso da acumulação, se em algum momento se inverte o sinal na equação da reprodução ampliada [invertendo-se, temos:  $c2 > v1 + mv1$ ] os meios de consumo produzidos pelo setor 2 não são absorvidos pelo setor 1, gerando excesso de oferta de meios de consumo. É este o fundamento do subconsumo, objeto de polêmicas e debates na tradição marxista e que foi apontado como causa da crise por diversos autores.

O que se vê é: seja mantido o sinal da reprodução ampliada [ $c2 < v1 + mv1$ ], seja invertendo-o [ $c2 > v1 + mv1$ ], a possibilidade da crise de desproporção intersetorial ou de subconsumo se dá pela inadequação da medida no processo de reprodução. Em ambos os casos a perda de referência no processo é que *põe* a crise como momento logicamente *possível*<sup>104</sup> da reprodução. A desmedida se apresenta como perda de medida recíproca entre os setores, que ao investirem de acordo com suas necessidades e proporções internas podem não respeitar as proporções e necessidades alheias para harmonia da reprodução do capital social. Como os setores produzem as “figuras materiais” dos meios de produção e dos meios de consumo é evidente que para circular a

---

<sup>103</sup> C, II, p.233, grifos nossos

<sup>104</sup> GRESPAN (2012) tem uma discussão esclarecedora em sua obra sobre o estatuto de “necessidade” ou “possibilidade”, bem como sobre o caráter modal da crise em Marx.



produção entre os setores, os valores devem circular em sua forma monetária, não sob suas figuras materiais, revelando o papel do capital-dinheiro<sup>105</sup> na reprodução.

Todavia, mesmo com ocorrência da desproporção intersetorial ou do subconsumo não se pode atribuir a estes dois fenômenos o estatuto de *causa* da crise. A crise continua ainda abstrata a esta altura da apresentação porque não se expôs, aqui, o fundamento de tal desmedida. Como aponta Grespan, “apesar de com isso alcançar uma concepção mais precisa sobre a modalidade das crises neste ponto da apresentação categorial, evitando as interpretações errôneas de autores marxistas que aí buscavam demonstrar sua mera casualidade, deve-se observar novamente que só se pode obter aqui uma descrição da estrutura geral em que ocorre a desmedida (...) não se tem uma explicação do fundamento de tal desmedida, de por que ela irrompe necessariamente na esfera da circulação do capital.”<sup>106</sup>. Se a crise irrompe como uma crise de subconsumo ou de desproporção intersetorial, mas é uma crise para a qual o fundamento da desmedida ainda está oculto é necessário caracterizar tais situações como *formas de manifestação*, como *aparência* da crise. A busca pelo fundamento mais concreto da crise é quem pode desnudar a *essência* da crise em Marx, ultrapassando as explicações que atribuem ao *ser-aí* da crise o estatuto de causa.

É necessário observar como se dá a relação das esferas da produção e circulação sem que sua mediação represente apenas uma “unidade externa” entre as duas, como nos esquemas de reprodução. A necessidade de observar a produção de capital como totalidade e, portanto, unidade recíproca da produção e da circulação impele o método marxiano a recolar o que, por fim, ainda estava abstraído da apresentação: a concorrência. Desta forma, estará revelado não somente o nexos interno entre produção e circulação, mas também o movimento do “capital em sua multiplicidade”, alcançando o nível mais concreto da apresentação categorial.

---

<sup>105</sup> “A função do capital-dinheiro, portanto, passa a ser ligar na esfera da circulação o que aparece como autônomo na da produção, para garantir que a unidade das duas esferas implique a harmonização dos interesses dos dois setores simultaneamente independentes e dependentes, permitindo a reprodução de cada um e do sistema por eles formado, como um todo.” (GRESPLAN, 2012, p.162)

<sup>106</sup>GRESPLAN, 2012, p.166

## 4. A crise no Livro III

“À medida em que o capital se desenvolve enquanto *sujeito* do movimento de sua auto-determinação, suas disposições constitutivas se apresentam cada vez mais como tendências imanentes à realização destas disposições, independentes de condições exteriores a ele.”

(Jorge Grespan)

### 4.1 Concreção e concorrência: o capital como totalidade

Marx expõe a função do Livro III em seu esquema teórico da economia capitalista como o momento no qual a dialética expositiva do capital alcança o grau mais concreto de sua exposição, ou seja, a economia capitalista aparece como unidade dos processos de produção e circulação matizados sob efeito da concorrência. A concreção alcançada pela exposição marxiana se dá pelo fato da introdução da concorrência no modelo explicativo de Marx, retirando de cena a última abstração feita até então.

A função das abstrações e das suposições marxianas é dar peso ao que é central no argumento, sem introduzir discussões laterais que possam esconder a verdadeira natureza dos processos. Foi assim quando o autor expôs a relação-capital e pressupôs a troca de equivalentes. Sabe-se que alguns trabalhadores são sub-remunerados com salários que não representam o valor da força de trabalho. Contudo, sob a suposição da troca de equivalentes (ou da vigência da Lei do Valor) ele pode mostrar como, mesmo sem nenhum argumento externo, a natureza do capital é a exploração do trabalho alheio, gerando como fruto trabalho não-pago a ser apropriado por uma classe. Não seria

incorreto dizer que o que vigora na economia real é a *superexploração*<sup>107</sup> da força de trabalho, contudo, o argumento de que a exploração é estrutural e fundante no capitalismo sairia de cena em detrimento de uma crítica moral ou particularista, focando conjunturas específicas e não o movimento estruturante do capital.

Com o intuito de expor as determinações do capital e de seu movimento e, assim, desenvolver suas contradições íntimas no grau mais concreto, Marx, ao expor o movimento do capital sob concorrência pode, enfim, mostrar como o capital domina e subsume todas as esferas econômicas e aparece, finalmente, como totalidade plenamente determinada. Ao passo que a explicação agora expõe o capital plenamente determinado, suas contradições, que vinham sendo paulatinamente apresentadas no evoluir da obra ganham, também, concreção. É neste sentido que a exposição do capital caminha *pari-passu* à exposição de suas contradições e, no limite, da crise.

Antes de expor os resultados, é necessário um último comentário. Como Marx determina plenamente o capital e introduz a concorrência na sua exposição final, os movimentos investigados pelo autor ganham os contornos dos movimentos observados pelos agentes econômicos na superfície da sociedade capitalista. Preços e lucros são as categorias que os agentes experimentam na operacionalização cotidiana de suas compras e vendas, ao invés de valor e mais-valor. Contudo, a exposição marxiana mostrará como o fundamento do que se vê, está no que não se enxerga em um olhar pouco atento. É por isso que ele insiste que as formas as quais se experimenta no mercado são mistificações e ocultam seu verdadeiro fundamento e, por isso, sob concorrência as coisas se mostram

---

<sup>107</sup> A *superexploração* da força de trabalho é um conceito cunhado por Ruy Mauro Marini e que virou a pedra de toque das análises da Teoria Marxista da Dependência. O conceito elaborado por ele, fundamentalmente, mostra que muitas vezes os trabalhadores na periferia dependente do sistema capitalista são pagos com salários abaixo de seu valor para elevar as taxas de mais-valor e lucro, nas palavras do autor, “Além disso, importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho.” (MARINI, 1973, s.p.)

*invertidas*. Por mais que ao capitalista prático possa não parecer, os fundamentos do preço e do lucro são o valor e o mais-valor. E se as crises emergem na realidade capitalista é necessário investigar o seu conteúdo e fundamento que, como se viu, se mostram *invertidos e mistificados* aos olhos dos agentes.

Nas palavras de Marx sobre a etapa final de sua empreitada teórica,

[O] modo de produção capitalista, considerado como um todo, é unidade de processo de produção e de circulação. Do que neste Livro Terceiro se trata não pode ser da formulação de reflexões gerais sobre essa unidade. Trata-se muito mais de encontrar e expor as formas concretas que surgem do *processo de movimento do capital considerado como um todo*. Em seu movimento real, os capitais se defrontam em tais formas concretas, para as quais a figura do capital no processo de produção direto, bem como sua figura no processo de circulação, só aparece como momento específico. As configurações do capital, como as desenvolvemos neste livro, aproximam-se, portanto, passo a passo, da forma em que elas mesmas aparecem na superfície da sociedade, na ação dos diferentes capitais entre si, na concorrência e na consciência costumeira dos agentes da produção.<sup>108</sup>

## **4.2 Transformação do mais-valor em lucro e suas taxas para o capitalista individual**

A fórmula geral do capital [ $D — M — D'$ ] expõe o processo segundo o qual um sujeito se torna capitalista: a exploração de trabalho alheio. Como capitalista ele adianta o capital global e no processo de produção gera uma soma de dinheiro aumentada que é realizada circulação. Para que haja este processo, ao final o sujeito que adianta as condições de trabalho ao trabalhador deve poder ser capaz de apropriar-se de valor maior do que lançou na circulação pela compra do capital constante e do capital variável, ou seja, ele tem que ter em mãos uma soma de valor aumentada, pela qual efetivamente não pagou. O capitalista tem, como custos, a compra dos elementos

---

<sup>108</sup> C, III, p. 23

constantes do capital além do tempo de trabalho necessário a ser pago como salário (adiantado como capital variável) ao trabalhador. Contudo, a jornada de trabalho dispõe ao capitalista um tempo pelo qual ele obtém um excedente de valor não pago, fruto do tempo de trabalho excedente. Como “[o] lucro do capitalista provém de que ele tem algo para vender que não pagou”<sup>109</sup>, a taxa de lucro dele deve ser calculada como a relação desse excedente sobre o capital global. Chamando a taxa de lucro de  $p$ , e capital global de  $C$ , temos que,

$$p = \frac{m}{C},$$

Como o capital global é a soma de capital constante e variável, a taxa de lucro do capitalista individual é o seu excedente, o mais-valor, sobre o capital adiantado, portanto, se  $C = c + v$ .

$$p = \frac{m}{(c+v)}$$

A taxa de lucro é outra expressão da taxa de mais-valor, só que expressa sobre o capital global<sup>110</sup> e não sobre o capital variável, “[s]ão duas medições diferentes da mesma grandeza que, devido à diversidade das escalas, expressam ao mesmo tempo proporções ou relações diferentes da mesma grandeza.”<sup>111</sup>

A forma lucro mistifica a relação-capital “[p]elo fato de que todas as partes do capital aparecem igualmente como fontes de valor excedente (lucro)”<sup>112</sup>. O que é evidente na taxa de mais-valor é escamoteado pela taxa de lucro: a exploração de trabalho alheio que aparece como relação entre apropriação de mais-valor *vis-à-vis* pagamento de salários e, portanto, está clara na taxa de mais-valor, mas não aparece

---

<sup>109</sup> C, III, p.34

<sup>110</sup> “A taxa de mais-valia medida segundo capital variável se denomina taxa de mais-valia; a taxa de mais-valia medida segundo o capital global se denomina taxa de lucro.” (C, III, p.34)

<sup>111</sup> C, III, p.34

<sup>112</sup> C, III, 35

na taxa de lucro, porque é do capital global, indistintamente<sup>113</sup>, que advém o lucro, ou seja, o capital em uma relação privada consigo mesmo aparece como fonte do excedente.

### **4.3 Formação da taxa média de lucro e transformação dos valores em preços de produção**

Ao capitalista individual o cálculo de sua taxa de lucro pode omitir o movimento real da economia capitalista ao ignorar um fator determinante desta: a concorrência. É imprescindível ultrapassar o obstáculo da análise da produção e circulação como momentos separados e dissociados, meramente interconectados por um nexo externo. Ao expor o movimento da economia capitalista na sua concretude, não só respostas novas surgem, como questões anteriormente apresentadas serão potencializadas, entre elas, o fetiche, fruto da subjetividade imanente da relação-capital.

A concorrência é a realização da lógica de autovalorização<sup>114</sup> do capital; não mais do “capital em geral”, mas sim da luta dos distintos capitais por abocanhar mais-valor. O capital particular, enquanto *valor que se valoriza* e que, portanto, gera mais-valor tem no movimento de autovalorização a característica de repulsão de si mesmo, autorrepulsão<sup>115</sup>: ele não só reproduz seu valor original como gera mais-valor e, por conseguinte, se determina enquanto capital nessa dialética de valorização (simultânea

---

<sup>113</sup> “Na mais-valia a relação entre capital e trabalho está posta a nu; na relação entre capital e lucro, isto é, entre capital e mais-valia, como ela aparece, por um lado, como excedente realizado no processo de circulação, acima do preço de custo da mercadoria, por outro, como excedente determinado mais de perto por sua relação com o capital global, o capital aparece como relação consigo mesmo, uma relação em que ele, como soma original de valor, se distingue de um valor novo, por ele mesmo posto.” (C, III, p. 37-38)

<sup>114</sup> “(...) o valor se torna aqui o sujeito de um processo em que ele, por meio de uma mudança constante das formas de dinheiro e mercadoria, modifica a sua própria grandeza, enquanto mais-valia se repele de si mesmo, enquanto valor original, se autovaloriza. Pois o movimento, pelo qual ele adiciona mais-valia, é seu próprio movimento, sua valorização, portanto autovalorização. Ele recebeu a qualidade oculta de gerar valor porque ele é valor.” (C, I, 130)

<sup>115</sup> “(...) o movimento de *autorrepulsão* do capital, que constitui a autovalorização enquanto processo, vem de que, por um lado, o emprego do ‘valor original’ tem o poder de criar o valor excedente, distinto, e conseqüentemente, por outro lado, mediante a criação deste valor distinto, ele se confirma e determina como capital Assim, ele se determina, se relaciona consigo através da relação negativa com o outro que, potencialmente, ele contém em si. E a autorrepulsão é justamente o momento negativo desta sua autorrelação.” (GRESPLAN, 2012, p.111)

conservação do valor e geração de excedente). A necessidade de autovalorização de um capital quando outros capitais lutam pelo mesmo intento gera o movimento conflituoso, que é a concorrência. Nas palavras de Grespan,

Estes capitais singulares são todos capital e, assim, perseguem idêntico objetivo de autovalorização; e, já por isso, entram em conflito pelas oportunidades relativamente escassas de alcançarem seu objetivo comum. Este conflito, a concorrência, se estabelece pela oposição entre o que é comum a todo capital e a existência necessariamente determinada do capital enquanto capital singular, porque cada um destes deve realizar a finalidade geral como se ela fosse apenas sua, até em detrimento dos outros.<sup>116</sup>

Deste modo, conceitualmente a concorrência é a manifestação, em nível global, da determinação essencial do capital individual<sup>117</sup>. Para encontrar a mediação entre os distintos capitais sob concorrência vamos nos valer de um exemplo numérico, de elaboração própria.

O exemplo é composto por quatro capitais, cada um somando, em termos de valor, um capital global (C) de 100 – formados pelos valores de capital constante e variável expressos na tabela. Consideramos a taxa de mais-valor ( $m/v$ ) de 100% e abstraímos da diferença dos tempos de rotação entre os capitais, a título de simplificar o exemplo. A introdução destas questões só traz complicações técnicas e não muda, qualitativamente, nossos resultados.

---

<sup>116</sup> GRESPAN, 2012, p.170-171

<sup>117</sup> “Conceitualmente, a *concorrência* nada mais é do que a *natureza interna do capital*, sua determinação essencial, que se manifesta e se realiza como ação recíproca dos vários capitais uns sobre os outros, a tendência interna como necessidade externa. (O capital existe e só pode existir como muitos capitais e, conseqüentemente, a sua autodeterminação aparece como ação recíproca desses capitais uns sobre os outros.)” (MARX, 2011, p.338)

Tabela 3 – Tabela de Valores e Preços

	c	v	m	Preço de Custo	Valor	Composição Orgânica do capital	Taxa de lucro	Taxa média de Lucro	Preço de Produção	Valor x Preço
I)	80	20	20	100	120	4	20%	40%	100*(1,4) = 140	120 < 140 = +20
II)	70	30	30	100	130	2,33	30%	40%	100*(1,4) = 140	130 < 140 = +10
III)	60	40	40	100	140	1,5	40%	40%	100*(1,4) = 140	140 = 140 = 0
IV)	30	70	70	100	170	0,428	70%	40%	100*(1,4) = 140	170 > 140 = -30
	C		M							

Fonte: elaboração própria

A tabela acima compõe-se da seguinte forma:

Dados:

- c – capital constante
- v – capital variável

Calculamos, seguindo Marx:

- m – mais-valor (calculamos o mais-valor sabendo que a taxa de mais-valor ( $m/v$ ) é de 100%)
- Preço de custo (PC) – capital adiantado pelo capitalista na compra de capital constante e capital variável –  $Preço\ de\ custo = c + v$
- Valor – valor da produção =  $c + v + m$
- Composição orgânica do capital<sup>118</sup> (COK) – Relação de valor entre capital constante e capital variável  $COK = c/v$
- Taxa de lucro –  $p = \frac{m}{c + v}$
- Taxa média de lucro –  $P = \frac{\sum m}{\sum(c+v)} = \frac{M}{C}$
- Preço de Produção – (PP) =  $PC + P(PC) = PC (1 + P)$

<sup>118</sup> Explicações sobre a composição orgânica do capital serão dadas a seguir.



Os resultados acima são derivados segundo algumas hipóteses<sup>119</sup> e precisam ser explicados. Primeiramente, com a média das taxas de lucro de cada setor calcula-se a taxa de lucro média, uma taxa de lucro que vige na totalidade da economia e não apenas em cada aplicação individual. Em segundo lugar, valendo-se do recurso de majorar o preço de custo a esta taxa média, Marx transforma os valores das mercadorias em preços, os quais ele denomina preços de produção.<sup>120</sup> Este preço, “é igual a seu preço de custo *plus* a parte do lucro médio anual que, de acordo com suas condições de rotação, cabe ao capital aplicado em sua produção”<sup>121</sup>. A condição que vigora do ponto de vista da sociedade como um todo “a soma dos preços de produção das mercadorias produzidas é igual à soma de seus valores.”<sup>122</sup>

O ponto central desta forma de exposição é que a introdução da concorrência iguala as taxas de lucro particulares em uma taxa geral, média, expondo o lucro médio a que cada capital está submetido<sup>123</sup> e que “[e]mbora, portanto, os capitalistas das diversas esferas da produção, ao vender suas mercadorias recuperem os valores-capital consumidos na produção dessas mercadorias, não resgatam a mais-valia, nem portanto o lucro, produzida em sua própria esfera na produção dessas mercadorias, mas apenas tanta mais-valia, e portanto lucro, quanto mais-valia global, ou lucro global, produzida em todas as esferas da produção em conjunto, em dado espaço de tempo, pelo capital social global, que cabe, com repartição igual, a cada parte alíquota do capital global.”<sup>124</sup>

Por fim, os preços de produção sofrem desvios dos valores, mas a soma dos desvios é zero no final porque “isso se resolve sempre no fato de a mais-valia, quando entra numa mercadoria a mais, em outra entra a menos, e por isso também os desvios do valor que se

---

<sup>119</sup> Supusemos que os capitais adiantados têm a mesma magnitude (= 100), que seu tempo de rotação é de 1 ano e que a taxa de mais-valor é de 100%.

<sup>120</sup> “Os preços que surgem desse procedimento, calculando a média das diferentes taxas de lucro das diferentes esferas da produção e adicionando essa média aos preços de custo das diferentes esferas da produção, são os preços de produção. Seu pressuposto é a existência de uma taxa geral de lucro e esta, por sua vez, pressupõe que as taxas de lucro em cada esfera particular da produção, tomadas por si, já estejam reduzidas a outras tantas taxas médias” (C, III, p.123)

<sup>121</sup> C, III, p.124

<sup>122</sup> C, III, p.125

<sup>123</sup> “Essas diferentes taxas de lucro são igualadas pela concorrência numa taxa geral de lucro, que é a média de todas essas diferentes taxas de lucro. O lucro que, de acordo com essa taxa geral de lucro, cabe a um capital de grandeza dada, qualquer que seja sua composição orgânica, chama-se lucro médio.” (C, III, p. 123-124)

<sup>124</sup> C, III, p.124

encontram nos preços de produção das mercadorias se anulam mutuamente.”<sup>125</sup> O que gera os desvios é a composição orgânica do capital que difere nos setores, sendo evidente pelos números expostos é que quanto maior essa composição, maior o desvio do preço em relação ao valor.

#### **4.4 Produtividade do trabalho: composição orgânica do capital e “exército industrial de reserva”**

Cabe-nos explicar essa relação, a composição orgânica do capital: ela expressa uma relação de composição relativa entre capital constante e capital variável ( $c/v$ ), uma relação de valor, não de matéria, denominada composição orgânica do capital<sup>126</sup>.

A despeito da legislação trabalhista e da organização dos trabalhadores a pretensão do capital é a de sempre aumentar a obtenção de mais-valor do trabalho, o que se reflete na extração de mais-valor relativo no evoluir da dinâmica capitalista. Este movimento reflete o processo de acumulação potenciado pelo desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, causando o aumento da produtividade do trabalho de forma crescente<sup>127</sup>. Com o trabalho mais produtivo, cada vez menos trabalhadores – em termos relativos aos meios de trabalho – são demandados para executar o trabalho sob o comando do capital. Ou seja, a acumulação de capital e o desenvolvimento da produtividade do trabalho implicam uma alteração na composição técnica do trabalho, portanto uma alteração relativa entre a quantidade *física* de trabalhadores e máquinas, em favor das últimas.

---

<sup>125</sup> C, III, p.126

<sup>126</sup> “A composição do capital tem de ser compreendida em duplo sentido. Da perspectiva do valor, ela é determinada pela proporção em que se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, soma global dos salários. Da perspectiva da matéria, como ela funciona no processo de produção, cada capital se reparte em meios de produção e força de trabalho viva; essa composição é determinada pela proporção entre, por um lado, a massa dos meios de produção utilizados e, por outro lado, o montante de trabalho exigido para seu emprego. Chamo a primeira de composição- valor e a segunda de composição técnica do capital. Entre ambas há estreita correlação. Para expressá-la, chamo a composição-valor do capital, à medida que é determinada por sua composição técnica e espelha suas modificações, de: composição orgânica do capital.” (C, I, p.187)

<sup>127</sup> “Uma vez dados os fundamentos gerais do sistema capitalista, no transcurso da acumulação surge sempre um ponto em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se torna a mais poderosa alavanca da acumulação.” (C, I, 194)

Como consequência da acumulação<sup>128</sup>, não só a relação *física* entre trabalhadores e máquinas, mas também a relação de valor se altera, gerando maior participação de tecnologias poupadoras de trabalho<sup>129</sup> e, portanto, desemprego. Cria-se uma superpopulação relativa desempregada denominada de “exército industrial de reserva”<sup>130</sup> que introduz uma pressão baixista nos salários e aumenta o poder do capital sobre o trabalho.

Essa mudança na composição técnica do capital, o crescimento da massa dos meios de produção, comparada à massa da força de trabalho que os vivifica, reflete-se em sua composição em valor, no acréscimo da componente constante do valor do capital à custa de sua componente variável.<sup>131</sup>

É, portanto, imanente ao movimento da economia capitalista a tendência ao aumento da composição orgânica do capital, confirmada, segundo Marx, pela análise dos preços das mercadorias, seja a análise da série de tempo para uma mesma nação ou em um *cross-section* com diferentes nações<sup>132</sup>.

Se a composição de valor do capital se altera no tempo e seus componentes fazem parte da formação da taxa de lucro individual é necessário investigar em que medida

---

<sup>128</sup> “A acumulação de capital, que apareceu originalmente só como sua ampliação quantitativa, realiza-se, como vimos, numa alteração qualitativa contínua de sua composição, com acréscimo permanente de seu componente constante à custa do variável.” (C, I, 198)

<sup>129</sup> “Karl Marx, por outro lado, previu a tendência do capitalismo de ser um modo de produção tecnologicamente progressivo, com pressões penetrantes para a inovação poupadora de trabalho na produção” FOLEY, 2003, p.32 – tradução livre do original: “Karl Marx, on the other hand, foresaw the tendency for capitalism to be a technologically progressive mode of production, with pervasive pressures toward labor-saving innovation in production.”

<sup>130</sup> “Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional.” (C, I, 200)

<sup>131</sup> C, I, 194

<sup>132</sup> “Essa lei do crescente aumento da parte constante do capital em relação à parte variável é confirmada a cada passo (como já desenvolvido acima) pela análise comparativa dos preços das mercadorias, quer comparemos diferentes épocas econômicas de uma única nação ou nações diferentes na mesma época.” (C, I, 194)

essa influência gera algum movimento nos lucros setoriais, bem como, dado seu peso relativo<sup>133</sup> no capital global, como isso reflete no movimento da taxa média de lucro.

#### 4.5 Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro: *essência da crise*

Com a introdução da concorrência é casual que o mais-valor de um capitalista individual coincida com seu lucro e, portanto, não somente suas taxas, mas as próprias massas de mais-valor e lucro diferem. Não apenas isso, “[c]om a transformação dos valores em preços de produção, a própria base da determinação do valor é deslocada da vista”<sup>134</sup>. Isso se dá porque a determinação do lucro não é mais particular e fruto do negócio privado e sim do jogo de mercado sob os ditames da concorrência<sup>135</sup>, afinal é uma taxa de lucro média que majora seu preço de custo a fim de formar o preço de produção.

Como a taxa média de lucro é, em termos agregados, a relação entre o excedente e o capital adiantado,  $p = \frac{m}{(c+v)}$ , dividindo-se todos os termos do lado direito pelo capital variável tem-se:

$$p = \frac{\left(\frac{m}{v}\right)}{\left(\frac{c}{v}\right) + 1}$$

---

<sup>133</sup> “Na formação da taxa geral de lucro, portanto, não se trata apenas da diferença das taxas de lucro nas diferentes esferas da produção, das quais se tiraria a média simples, mas do peso relativo com que essas diferentes taxas de lucro entram na formação da média. Isso, porém, depende da grandeza relativa do capital investido em cada esfera particular, ou seja, da parte alíquota do capital social global que representa o capital investido em cada esfera particular da produção.” (C, III, 126)

<sup>134</sup> C, III, 130

<sup>135</sup> “(...) aqui já desaparece para o capitalista a concepção do valor, porque ele tem diante de si não o trabalho global que custa a produção da mercadoria, mas apenas aquela parte do trabalho global que na forma de meios de produção, vivos e mortos, ele pagou, aparecendo-lhe assim o lucro como algo exterior ao valor imanente da mercadoria - agora essa idéia fica plenamente confirmada, consolidada, ossificada, uma vez que o lucro adicionado ao preço de custo, considerando-se cada esfera particular da produção, não é determinado, de fato, pelos limites da formação de valor que se dá dentro dela mesma, mas é fixado de modo inteiramente externo.” (C, III, 130)

O numerador consiste na taxa de mais-valor ( $m/v$ ), que expressa a relação de apropriação entre as classes, a saber, entre certa medida de produtividade do trabalho e os salários. Já o denominador, é a composição orgânica do capital. Assim, a taxa de lucro é função de duas variáveis, a taxa de mais-valor e a composição orgânica do capital,

$$p = p(m/v ; c/v)$$

Expondo o problema desta forma pode parecer que o mero estudo matemático das derivadas parciais da função resolveria a questão de como a taxa de lucro se move. É verdade que, de um ponto de vista matemático, temos:  $\frac{\partial p}{\partial [m/v]} > 0$  ;  $\frac{\partial p}{\partial [c/v]} < 0$ , contudo, a exposição marxiana não é embasada metodologicamente na ciência positiva e, assim, ele não se vale da cláusula *coeteris paribus*<sup>136</sup> para derivar o movimento da taxa de lucro, supondo que a investigação de uma das suas medidas está fixada enquanto o pesquisador investiga o movimento da outra “tudo o mais constante”. Por estarmos empreendendo uma exposição metodologicamente guiada pela dialética materialista, apreendemos o capital em seus próprios termos e deixamos que a lógica do objeto se imponha ao pesquisador.

Para entender a dinâmica da razão entre os dois componentes da taxa de lucro é necessário observar esses termos em suas determinações próprias, oriundas da esfera da produção. Mostrou-se como lei do modo de produção capitalista o aumento da composição orgânica do capital, sua relação relativa de valor, ocasionado pelo aumento

---

<sup>136</sup> “Será que o procedimento de Marx é apenas um caso particular do método usual da ciência positiva que, a fim de examinar certas relações externas entre fenômenos, supõe metodologicamente que outras variáveis neles influentes permaneçam constantes. Trata-se de um caso comum de uso da chamada cláusula *coeteris paribus*?” (PRADO, 2014b, p.125) Mais à frente, ao discutir a tendência da taxa de lucro Prado diz “[o]ra, é nessa perspectiva que se deve entender a distinção feita por Marx entre tendências pró e contra a queda da taxa de lucro, as quais prevalecem no próprio processo de acumulação; ou seja, não se pode pretender que ele esteja simplesmente empregado uma regra metodológica geral, a regra da cláusula *coeteris paribus*.” (PRADO, 2014b, p.129-130)

da composição técnica do capital, fruto do aumento de produtividade do trabalho<sup>137</sup>. Apesar de elaborar o exemplo inicial em sua obra com a taxa de mais-valor constante, Marx é claro ao apontar que a composição orgânica cresce, mesmo com o crescimento da taxa de mais-valor<sup>138</sup>, com isso ele gera o famoso e controvertido enunciado da **Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro** – doravante, LQTTL – que se expressa na queda tendencial da taxa de lucro pelo aumento da composição orgânica do capital, fruto do trabalho mais produtivo<sup>139</sup>. Portanto, o resultado da LQTTL é que a massa de lucro aumenta como fruto da acumulação, que ao demandar mais trabalho, absorve um *quantum* aumentado de mais-valor, mas ao mesmo tempo que prossegue a reprodução ampliada, aumenta-se mais do que proporcionalmente o investimento em capital fixo, aumentando a composição orgânica do capital social e assim a taxa de lucro cai<sup>140</sup> junto a uma população excedente e ociosa gerada pelo capital.

A LQTTL expressa a *essência*<sup>141</sup> do modo de produção capitalista porque é a síntese das múltiplas determinações derivadas da produção de capital sob efeito da concorrência. Ela é a derivação das tendências internas do capital, a exteriorização do nível particular (privado) para o geral (social) do princípio da autovalorização do capital

---

<sup>137</sup> “Ora, mostrou-se, entretanto, como lei do modo de produção capitalista que, com seu desenvolvimento, ocorre um decréscimo relativo do capital variável em relação ao capital constante e, com isso, em relação ao capital global posto em movimento.” (C, III, p.163-164)

<sup>138</sup> “Esta [a série hipoteticamente construída como exemplo – BMT], com o progressivo decréscimo relativo do capital variável em relação ao capital constante, gera uma composição orgânica crescentemente superior do capital global, cuja conseqüência imediata é que a *taxa de mais-valia, com grau constante e até mesmo crescente* de exploração do trabalho, *se expressa numa taxa geral de lucro em queda contínua.*” (C, III, p.164, grifos nossos)

<sup>139</sup> “A taxa de lucro não cai porque o trabalho se torna mais improdutivo, mas porque se torna mais produtivo. Ambas, elevação da taxa de mais-valia e queda da taxa de lucro, são apenas formas específicas em que se expressa de maneira capitalista a crescente produtividade do trabalho.” (C, III, p.182)

<sup>140</sup> “O número dos trabalhadores empregados pelo capital, portanto a massa absoluta de trabalho posta em movimento por ele, portanto a massa absoluta de mais-trabalho absorvida por ele, portanto a massa de mais-valia produzida por ele, portanto a massa absoluta de lucro produzida por ele *pode*, por conseguinte, crescer, e cresce progressivamente, apesar da progressiva queda da taxa de lucro. Isso não apenas *pode* ser o caso. *Tem* de ser o caso – descontadas oscilações transitórias – na base da produção capitalista” (C, III, p.167)

<sup>141</sup> “A tendência progressiva da taxa geral de lucro a cair é, portanto, apenas uma *expressão peculiar ao modo de produção capitalista* para o desenvolvimento progressivo da força produtiva social de trabalho. Com isso não está dito que a taxa de lucro não possa cair transitóriamente por outras razões, mas está provado, a partir da essência do modo de produção capitalista, como uma necessidade óbvia, que em seu progresso a taxa média geral de mais-valia tem de expressar-se numa taxa geral de lucro em queda.” (C, III, p.164)

na medida em cada capital particular ao lutar por aumentar sua cota-parte na apropriação do mais-valor gerado pelo sistema introduz a tendência à queda da taxa de lucro, acicate da produção capitalista.

#### **4.6 As causas contrariantes e o antideterminismo: lei tendencial**

O movimento “normal” da economia capitalista é aquele no qual a concorrência intercapitalista, ao aumentar a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, aumentar a composição orgânica do capital rebaixa a taxa de lucro da economia. Entretanto, como lei derivada da natureza íntima do capital é apreendida a partir de uma perspectiva dialética – e não de uma formulação fundada na cientificidade positivista – ela não pode ser entendida como um acontecimento inevitável no capitalismo. A ruptura com o fatalismo ou determinismo que logo emergem junto à noção de lei se dá na medida em que a dialética, ao expor um conceito e suas contradições, dá espaço para que estas se desenvolvam e que as interversões do objeto neguem e atravanquem sua processualidade dita *normal*. A contradição da lógica expansiva do valor, na medida em que o capital não se valoriza, nega o funcionamento da própria figura de capital e subverte sua lógica. Assim o é com a taxa de lucro também. Existem mecanismo endógenos ao próprio sistema que podem refrear a queda desta taxa. Se Marx quisesse listar uma infinidade de causas contrariantes à lei, haveria um sem-número de eventos que poderiam atuar nesse sentido. Ele cita alguns exemplos e, de forma didática<sup>142</sup>, podemos organizar as causas contratuantes sob duas rubricas: aquelas que elevam a taxa de mais-valor e aquelas que rebaixam a composição orgânica do capital, ambas contribuindo de forma a elevar a taxa de lucro. Os casos citados por Marx são:

Fatores que rebaixam a composição orgânica do capital –  $\downarrow(c/v)$

- i. Barateamento dos elementos do capital constante
- ii. Comércio exterior

Fatores que elevam a taxa de mais-valor –  $\uparrow(m/v)$

- i. Elevação do grau de exploração da força de trabalho

---

<sup>142</sup> A ideia original de apresentar desta forma as causas contrariantes encontra-se em SWEEZY (1983), cap. VI

- ii. Compressão do salário abaixo de seu valor
- iii. Superpopulação relativa
- iv. Comércio externo

É evidente que o movimento da acumulação gera o resultado baixista da taxa de lucro, que, contudo, pode ser contido e até revertido dada a magnitude destes movimentos contrários à efetivação da lei tendencial. Sweezy (1983) ainda tenta aprofundar a análise e expor outras relações que podem influenciar positivamente e negativamente a taxa de lucro. Dentre os motivos que podem rebaixar a taxa de lucro, aponta i) atuação dos sindicatos; ii) ação estatal para beneficiar o trabalho. No sentido contrário, existiriam, entre outras, quatro questões que elevam a taxa de lucro, a saber: iii) organizações de empregadores; iv) exportação de capital; v) formação de monopólios; vi) ação estatal.

Para as finalidades que nos importam, a exposição da teoria da crise de Marx, basta apontar que existem causas contrariantes ao movimento da acumulação, confirmando nossa proposição de que a lei tem um caráter *tendencial* e não determinista:

Deve haver influências contrariantes em jogo, que cruzam e superam os efeitos da lei geral, dando-lhe apenas o caráter de uma tendência, motivo pelo qual também designamos a queda da taxa geral de lucro como uma queda tendencial.<sup>143</sup>

Já apontamos que o método marxiano, dialético, não pode entregar resultados para serem avaliados de um ponto de vista positivista, principalmente no tocante à LQTTL de Marx, derivada do movimento contraditório do capital sob concorrência. É por isso que ela não pode ser entendida nem como uma lei empírica, nem tampouco uma proposição puramente lógica.<sup>144</sup> Ela é a reprodução ideal do movimento do real e, portanto, é, ao mesmo tempo, lógica e empírica; sem ser puramente lógica *ou* somente empírica.

---

<sup>143</sup> C, III, p.177

<sup>144</sup> “E que o ponto de partida para a sua verdadeira justificação consiste precisamente em afirmar que ela não é nem uma lei empírica nem uma proposição puramente lógica. Dito de outro modo, para poder compreendê-la adequadamente, é preciso negar simultaneamente essas duas alternativas polares.” (PRADO, 2014b, p.128)



A LQTTL é o desvelar da *essência* do modo de produção capitalista, porque é derivada da própria figura fundante do capitalismo e sua lógica imanente, o capital e sua autovalorização sob concorrência. É neste sentido que aponta Prado o estatuto de lei (tendencial) em Marx, “[h]á, pois, uma diferença profunda entre leis concebidas como nexos externos, supostamente constantes, que vinculam fenômenos e *leis pensadas como revelação de nexos internos que se manifestam nos fenômenos*. Se as primeiras são necessariamente tidas como deterministas, as segundas apenas podem ser tomadas como possibilistas.”<sup>145</sup>

#### **4.7 LQTTL e a crise determinada: subjetividade contraditória da relação-capital e desmedida**

Durante nossa elaboração teórica, expusemos, em diversos momentos, a perda da medida como fundamento da crise, contudo, fundamento parcialmente determinado porque sempre apresentado sob algum grau de abstração. A desmedida apareceu-nos como a perda de referência entre produção e consumo, como a não fluidez da passagem do capital nas três formas adotadas nos ciclos na circulação, como a ausência do fundo de reserva para renovação do capital fixo e circulante e como desproporção intersetorial ou subconsumo. Em todas estas ocorrências insistimos que o grau abstrato da apresentação implicava que a desmedida ainda não podia se revelar plenamente determinada, faltando-lhe o conteúdo oculto e que agora se expõe sob a concorrência. A crise efetivamente determinada do modo de produção capitalista tem que ter seu *fundamento* buscado na produção porque o momento da produção material da vida social é aquele ontologicamente determinante da sociabilidade moderna, que *funda* a dinâmica social. O que a concorrência exprime é a conjunção das determinações da produção e da circulação na luta do intercapitalista, tendo, portanto, o capital como totalidade e realizando a lógica interna do capital, revelando a essência e causa da crise.

O capital, uma contradição processual, enquanto luta para realizar sua natureza de autovalorização se opõe ao trabalho vivo em sua ânsia por valorização, esquecendo-se de que este é a fonte do valor. Na tentativa de aumentar a lucratividade o capitalista

---

<sup>145</sup> PRADO, 2014b, p.131, grifos nossos

individual substitui trabalhadores por máquinas e tenta aumentar o grau de exploração da força de trabalho, a fim de extrair mais-valor aumentado e elevar sua taxa de lucro. Estes movimentos, sintetizados na taxa de lucro pelo aumento mais que proporcional da composição orgânica do capital em relação ao aumento da taxa de mais-valor são expressões da própria natureza contraditória da relação-capital e implicam a LQTTL. A oposição capital-trabalho, fonte das contradições do modo de produção capitalista se expressa plenamente determinada na lei de Marx e, por isso, a LQTTL é a *causadora* da crise capitalista; *causadora*, em primeiro lugar, porque diferentemente do estatuto de causa para a ciência positivista, na qual o nexos causal é externo (A causa B), a dialética materialista deriva da própria natureza do objeto a causa de sua intersubjetividade, fruto do movimento de sua contradição interna; *causadora*, entretanto, em um sentido possibilista, não fatalista, afinal as causas contra-atuantes à LQTTL fazem parte das mesmas causas<sup>146</sup> que rebaixam a taxa de lucro e saber para qual conjunto de determinações (as que rebaixam ou elevam a taxa de lucro) o movimento real pender, cabe somente à análise de determinada situação específica; *causadora*, em última instância, pelo fato de a LQTTL manifestar a *essência*<sup>147</sup> contraditória do modo de produção capitalista em sua forma plenamente determinada e influenciada pela concorrência.

Assim, LQTTL introduz a possibilidade, agora plenamente determinada, de ocorrência da crise que se manifesta como desmedida. A existência de múltiplas taxas de lucro pode causar confusão ao capitalista individual, que ao observar a taxa de lucro de sua aplicação ou de seu setor específico e não considerar a taxa geral vigente na economia pode contribuir para a queda da taxa média de lucro: ao pretender aumentar sua lucratividade individual e proceder cortando custos de trabalho vivo em detrimento de

---

<sup>146</sup> “E assim mostrou-se, de modo geral, que as mesmas causas que acarretam a queda da taxa geral de lucro provocam efeitos contrários, que inibem, retardam e em parte paralisam essa queda. Eles não anulam a lei, mas debilitam seu efeito.” (C, III, p.181)

<sup>147</sup> Além disso, se a “lei de tendência” expressa de modo mais completo a determinação essencial da negação do trabalho vivo pelo morto, sua exteriorização depende de condições contra-atuantes que não são apenas contingentes em relação àquela *essência*, não podendo se subordinar simplesmente a ela. Por isso, o fato da queda tendencial da taxa de lucro manifestar diretamente a *essência* do modo de produção capitalista não implica que ela predomine, no processo de sua realização, sobre as condições desta realização. Não implica que ela realize a baixa efetiva da taxa de lucro. (...)A necessidade da queda da taxa de lucro, assim, não só não é absoluta, como também sequer relativamente pode ser mais do que a expressão de uma prioridade na ordem das determinações constitutivas do capital, que não garante nenhum resultado final e definitivo. (GRESPLAN, 2012, p.198)

investimento em capital fixo ele pode aumentar a composição orgânica do capital do capital social e forçar a baixa da taxa de lucro. A desmedida expressa pelo aumento contínuo da composição orgânica do capital social, ao aumentar o investimento em máquinas e reduzir o valor do trabalho vivo na produção, cada vez mais aprofunda a retirada da fonte de valor da produção no capitalismo, perdendo o trabalho vivo como medida de valorização – quanto menos trabalho aplicado à produção, menos mais-valor se extrai na suposição da constância da taxa de mais-valor.

A desmedida, que sempre aparece formalmente como desequilíbrio e, nesse sentido, o equilíbrio é a negação da teoria da crise, resulta do processo de autovalorização do capital sob concorrência e aparece plenamente determinada, sendo a LQTTL a *causa* da crise da economia capitalista em sua forma acaba.

#### **4.8 Produção de capital e natureza da crise capitalista: a *sobreacumulação* periódica**

Ao expor a dinâmica essencial do capitalismo a LQTTL desnuda a natureza das crises no capitalismo: a crise capitalista é de *sobreacumulação*. A *sobreacumulação*, em si, é expressão da própria desmedida no capitalismo pelo fato de que revela a produção de abundância e riqueza em meio à inexistência de condições de absorção da produção – aprofundamento do fosso entre produção e consumo. Isso porque a produção capitalista é “[s]uperprodução de capital, não de mercadorias individuais - embora a superprodução de capital sempre implique superprodução de mercadorias - significa, por isso, apenas superacumulação de capital.”<sup>148</sup> Se a uma determinada taxa de lucro for interessante ao sistema aumentar a escala produtiva, a acumulação não explode em crises. Todavia, o que ocorre é que “periodicamente são produzidos meios de trabalho e meios de subsistência em demasia para fazê-los funcionar como meios de exploração dos trabalhadores a certa taxa de lucro. São produzidas mercadorias em demasia para poder realizar o valor nelas contido e a mais-valia encerrada nele, sob as condições de distribuição e de consumo dadas pela produção capitalista, e poder retransformá-la em novo capital, isto é, levar a cabo esse processo sem explosões sempre recorrentes. Não se produz demasiada riqueza.

---

<sup>148</sup> C, III, p. 189

Mas periodicamente se produz demasiada riqueza em suas formas capitalistas, antitética.”<sup>149</sup>

A irracionalidade do processo capitalista que periodicamente resulta em *sobreacumulação* é fruto do desenvolvimento acelerado das forças produtivas capitalistas, pois o desenvolvimento potenciado da produtividade do trabalho concreto entra em contradição com a tendência de conservação e valorização do valor, fruto do trabalho abstrato,

A contradição, expressa de forma bem genérica, consiste em que o modo de produção capitalista implica uma tendência ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas, com abstração do valor e da mais-valia já acumulada, também com abstração das relações sociais, dentro das quais transcorre a produção capitalista; enquanto, por outro lado, ela tem por meta a manutenção do valor capital existente e sua valorização no grau mais elevado (ou seja, crescimento sempre acelerado desse valor).<sup>150</sup>

É importante apontar que a crise de *sobreacumulação* periodicamente ocasionada pela LQTTL congrega todas as acepções da desmedia anteriormente desenvolvidas, sendo que a cristalização destas determinações na Lei de Marx explica, de forma acaba, a crise capitalista. A saída temporária da crise pode envolver diversas possibilidades, desde a desvalorização<sup>151</sup> do capital existente ou a destruição do estoque presente de capital abrindo a possibilidade de novas oportunidades de negócio, até a exportação territorial (geográfica) da crise para a periferia do sistema – mesmo que isto necessite o envolvimento militar para subjugação política – ou dilatação dos efeitos da crise no tempo.

---

<sup>149</sup> C, III, p. 194

<sup>150</sup> C, III, p.188

<sup>151</sup> “A desvalorização periódica do capital existente, que é um meio imanente ao modo de produção capitalista para conter a queda da taxa de lucro e acelerar a acumulação de valor-capital pela formação de novo capital, perturba as condições dadas, em que se efetua o processo de circulação e de reprodução do capital, e, por isso, é acompanhada por paralisações súbitas e crises do processo de produção.” (C, III, p.188)

A LQTTL foi desenvolvida sob concorrência, todavia, “antes da decomposição do lucro em diferentes categorias autonomizadas entre si”<sup>152</sup> justamente para mostrar que a “independência dessa apresentação da divisão do lucro em partes diferentes, que cabem a categorias diferentes de pessoas, prova de antemão a independência da lei em sua generalidade daquela divisão e das relações recíprocas das categorias de lucro originárias dela.”<sup>153</sup> A independência da LQTTL à divisão do lucro em partes autonomizadas se dá porque a lei é fruto do movimento essencial do capitalismo, o acelerado desenvolvimento das forças produtivas<sup>154</sup>, que eleva a produtividade do trabalho. Porém, a divisão do lucro em partes autonomizadas em busca de valorização, mesmo que não seja necessária para apresentação do movimento essencial do capital, é a última expressão da concorrência no capitalismo e introduz uma luta distributiva intra-classe no polo dos detentores dos meios de produção.

#### **4.9 O capital portador de juros: forma irracional do capital e o fetiche em sua pureza**

O lucro médio, após sua geração, é repartido entre os capitais na medida em que estes contribuem à produção global. Ao capitalista individual, porém, podem lhe faltar recursos financeiros para comprar meios de produção ou contratar força de trabalho, o que pode ser suprido via crédito. Uma das determinações do dinheiro é a de funcionar como meio de pagamento facilitando a produção e a circulação via crédito. Ao dinheiro, forma geral da riqueza<sup>155</sup>, é acrescentado um novo valor de uso<sup>156</sup> no desenvolvimento do capitalismo, o de funcionar como capital.

---

<sup>152</sup> C, III, p. 165

<sup>153</sup> C, III, p. 165

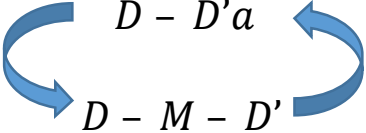
<sup>154</sup> “A contradição desse modo de produção capitalista consiste, porém, exatamente em sua tendência ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas, que entra constantemente em conflito com as condições específicas da produção, em que o capital se move e em que unicamente se pode mover.” (C, III, 194)

<sup>155</sup> “Qualitativamente ou segundo a sua forma, o dinheiro é ilimitado, isto é, representante geral da riqueza material, pois pode trocar-se diretamente por qualquer mercadoria. (C, I, p.113)

<sup>156</sup> “Assim adquire, além do valor de uso que possui como dinheiro, um valor de uso adicional, a saber, o de funcionar como capital. Seu valor de uso consiste aqui justamente no lucro que, uma vez transformado em capital, produz. Nessa qualidade de capital possível, de meio para a produção de lucro, torna-se mercadoria, mas uma mercadoria *sui generis*. Ou, o que dá no mesmo, o capital enquanto capital se torna mercadoria.” (C, III, p.255)

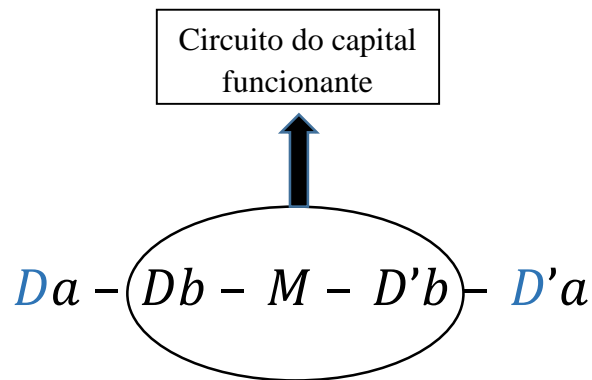
O dinheiro funciona como capital da seguinte forma:

a) Capital funcionante:  $D - M \dots P \dots M - D'$

b) Capital portador de juros: 

Ao dinheiro emprestado, que se transforma em mercadoria e, como tal, funciona como capital cabe um circuito próprio, o circuito do capital portador de juros.

Circuito do capital portador de juros:



Onde: a – prestamista

b – mutuário

O que este circuito mostra é o adiantamento do capitalista monetário (a) ao capitalista funcionante (b), que ao comprar força de trabalho e meios de produção gera um lucro, fruto do processo produtivo (no circuito acima o lucro é  $D'a + D'b$ ). Este lucro, contudo, não é apropriado exclusivamente pelo capitalista funcionante, afinal ele precisa devolver o dinheiro adiantado pelo capitalista monetário. O lucro<sup>157</sup>  $D'a + D'b$  não só guarda uma diferença quantitativa entre as partes da soma  $D'a$  e  $D'b$ ; há uma diferença qualitativa

<sup>157</sup> O juro (...) aparece originalmente, é originalmente e continua sendo, na realidade, apenas parte do lucro, isto é, da mais-valia que o capitalista funcionante, industrial ou comerciante, à medida que não emprega seu próprio capital, mas capital emprestado, tem de pagar ao proprietário e prestamista desse capital. Se emprega somente capital próprio, não há essa repartição do lucro; este lhe pertence por inteiro. (C, III, p.277)

entre ambos. O capitalista funcionante retira  $D'b$  do lucro como ganho empresarial<sup>158</sup>, já o capitalista monetário apropria-se de  $D'a$  pela mera propriedade jurídica do dinheiro, sendo que, portanto, o valor aumentado configura-se como juro<sup>159</sup>. O que dá direito ao capitalista monetário de dispor de seu dinheiro como capital e se apropriar de juro é a propriedade do dinheiro e a forma jurídica do contrato estabelece que o dinheiro a ser devolvido deve ser aumentado de juro.

Assim, “[o] possuidor de dinheiro que quer valorizar seu dinheiro como capital portador de juros aliena-o a um terceiro, lança-o na circulação, torna-o mercadoria como capital; não só como capital para si mesmo, mas também para outros.”<sup>160</sup>. Desta forma, o circuito particular do capital portador de juros, onde se oculta que ele esteja “acoplado” ao circuito do capital funcionante, pode ser expresso como:

$$D - D'$$

Esta forma irracional<sup>161</sup>, o capital portador de juros, eleva até a última potência o fetiche: o capital parece prescindir do trabalho e pode gerar valor por si só. O fetiche, essa inversão sujeito-predicado que põe o capital como sujeito pleno e absoluto e subsume o homem como seu mero apêndice aparece, sob o circuito do capital portador de juros em sua forma pura<sup>162</sup> e acabada. Esta “pureza” é justamente a forma mais acabada da

---

<sup>158</sup> “[A] parte do lucro, que cabe ao capitalista ativo aparece agora como ganho empresarial oriundo exclusivamente das operações ou funções que ele efetua com O capital no processo de reprodução, especialmente, pois, das funções que como empresário ele exerce na indústria ou no comércio.” (C, III, 280)

<sup>159</sup> “A parte do lucro que lhe paga chama-se juro, o que portanto nada mais é que um nome particular, uma rubrica particular para uma parte do lucro, a qual o capital em funcionamento, em vez de pôr no próprio bolso, tem de pagar ao proprietário do capital.” (C, III, p.256)

<sup>160</sup> C, III, p.258-259

<sup>161</sup> “Aqui a figura fetichista do capital e a concepção do fetiche-capital está acabada. Em  $D - D'$  temos a forma irracional do capital, a inversão e reificação das relações de produção em sua potência mais elevada: a figura portadora de juros, a figura simples do capital, na qual este é pressuposto de seu próprio processo de reprodução; a capacidade do dinheiro, respectivamente da mercadoria, de valorizar seu próprio valor, independentemente da reprodução - a mistificação do capital em sua forma mais crua.” (C, III, p.294)

<sup>162</sup> “ $D - D'$ : temos aqui o ponto de partida original do capital, o dinheiro na fórmula  $D - M - D'$  reduzida aos dois extremos  $D - D'$ , em que  $D' = D + AD$ , dinheiro que cria mais dinheiro. E a fórmula original e geral do capital, condensada num *resumé* sem sentido. E o capital acabado, unidade do processo de produção e do processo de circulação, proporcionando, portanto, em determinado tempo, determinada mais-valia. Na forma do capital portador de juros isso aparece diretamente, sem mediação pelo processo de produção e pelo processo de circulação. O capital aparece como fonte misteriosa, autocriadora do juro, de seu próprio incremento.” (C, III, p.293)

mistificação emergente da aparência do capitalismo pelo fato de que o excedente apropriado como juro esconde e mistifica a sua origem<sup>163</sup>; o valor abocanhado pelo capitalista monetário como juro é mera reapropriação do valor gerado no processo produtivo<sup>164</sup> como lucro, é a parte que lhe cabe enquanto possuidor da mercadoria capital.

#### **4.10 Esfera financeira: autonomização *relativa***

O capital portador de juros em oposição ao capital funcionante – ou o que é equivalente, o juro em oposição ao ganho empresarial<sup>165</sup> – expõe a autonomização *relativa* da esfera financeira em relação à produção. Chamamos de esfera financeira a circulação do dinheiro que gera mais dinheiro sem estar, em si, diretamente (ou explicitamente)<sup>166</sup> aplicado à produção; que gera mais-valor sem explorar o trabalho assalariado. Desta forma a oposição capital-trabalho mistifica-se sob o rótulo da oposição produção-finanças. Mas, a oposição que aparece mistificada como reflexo do jogo distributivo entre lucro e ganho empresarial não deixa de ser uma forma transfigurada da contradição fundante do capitalismo. Seja como juro (onde a contradição se esconde) ou ganho empresarial o valor confronta-se com trabalho assalariado porque dele extrai mais-valor, que só pode ser gerado como fruto da exploração<sup>167</sup> de trabalho alheio.

---

<sup>163</sup> “Na forma do capital portador de juros, portanto, esse fetiche automático está elaborado em sua pureza, valor que valoriza a si mesmo, dinheiro que gera dinheiro, e ele não traz nenhuma marca de seu nascimento. A relação social está consumada como relação de uma coisa, do dinheiro, consigo mesmo. Em vez da transformação real do dinheiro em capital aqui se mostra apenas sua forma sem conteúdo.” (C, III, p.294)

<sup>164</sup> “No capital portador de juros, a relação-capital atinge sua forma mais alienada e mais fetichista. Temos aí D - D', dinheiro que gera mais dinheiro, valor que valoriza a si mesmo, sem o processo que medeia os dois extremos.” (C, III, p.293)

<sup>165</sup> “Essas duas formas, juro e ganho empresarial, somente existem em sua antítese. Ambas não estão, pois, relacionadas à mais-valia, da qual são apenas partes fixadas em categorias, rubricas ou nomes diversos, mas estão relacionadas uma à outra. Porque parte do lucro se transforma em juro, parte aparece como ganho empresarial.” (C, III, p.283)

<sup>166</sup> O que introduz a diferença entre estar ligado à produção e ocultar essa ligação ou não estar ligado a ela é a categoria de capital fictício, que por funcionar como remuneração sem um capital que gere esse mais-valor como fluxo monetário cumpre a função de se apropriar de valor sem ligação com a produção. Mais sobre isso adiante.

<sup>167</sup> “O juro é portanto apenas expressão do fato de que o valor em geral – o trabalho objetivado em sua forma social geral –, o valor que no processo real de produção assume a figura de meios de produção, confronta como poder autônomo a força de trabalho viva, sendo o meio de apropriar-se de trabalho não-pago; e de que ele é esse poder ao confrontar o trabalhador como propriedade alheia. Por outro lado, porém, na forma do juro essa antítese ao trabalho assalariado está apagada;



Ademais, o crédito tem suas funções na economia capitalista, não podendo existir ruptura entre produção e finanças, no máximo, existe certa autonomia *relativa* entre ambas. O crédito serve, entre outras funções, para facilitar a equalização da taxa de lucro média pela mobilidade setorial de capital, reduz custos de circulação e acelera as distintas fases da circulação da metamorfose do capital. Estas funções são todas umbilicalmente ligadas à produção, inexistindo a possibilidade de separação violenta entre as esferas produtiva e financeira. Por fim, há uma relação íntima entre a taxa de lucro da economia e a taxa de juros vigente: como o juro é parte do lucro, a taxa de juros é governada<sup>168</sup> pela taxa de lucro inexistindo uma taxa “natural” de juros.

#### **4.11 Capital fictício: aprofundamento do fetiche**

Com o aprofundamento da forma do capital portador de juros, ou seja, a capitalização de uma quantia monetária na esfera financeira, qualquer rendimento monetário pode ser convertido em juro, quer ele provenha de um capital ou não,

A forma de capital portador de juros faz com que cada rendimento monetário determinado e regular apareça como juro de um capital, quer provenha de um capital ou não. Primeiro, o rendimento monetário é convertido em juro e com o juro se acha então o capital de que se origina.<sup>169</sup>

---

pois o capital portador de juros como tal tem como sua antítese não o trabalho assalariado, mas o capital funcionante; o capitalista prestamista como tal confronta diretamente o capitalista realmente funcionante no processo de reprodução, e não o trabalhador assalariado que, exatamente na base da produção capitalista, é expropriado dos meios de produção. O capital portador de juros é o capital *enquanto propriedade* em confronto com o capital *enquanto função*. Mas, à medida que o capital não funciona, ele não explora os trabalhadores nem entra em antagonismo com o trabalho.” (C, III, p.283)

<sup>168</sup> “Uma vez que, conforme vimos, o nível da taxa de lucro está em razão inversa ao desenvolvimento da produção capitalista, então segue que a taxa de juros mais alta ou mais baixa num país está na mesma razão inversa ao nível do desenvolvimento industrial, à medida que especificamente a diversidade da taxa de juros expresse realmente a diversidade das taxas de lucro. (...) Nesse sentido pode-se dizer que o juro é regulado pelo lucro, Ou, mais precisamente, pela taxa geral de lucro. E esse modo de regulação vale até mesmo para sua média” (C, III, p.270)

<sup>169</sup> C, III, p.10

Este princípio de capitalização<sup>170</sup>, que tem como pressuposto a consolidação do capital portador de juros, forma o capital fictício. Capital fictício é, portanto, o rendimento monetário de um capital *que não existe*, mas que caso existisse, renderia este fluxo monetário como juro (i.e. títulos da dívida pública, ações, ativos comerciais, etc.). Obtém-se um fluxo de rendimento sem haver nenhum processo produtivo que gere este fluxo e sem o dinheiro aumentado provir da função do dinheiro como capital. Por isso, “[t]oda a conexão com o processo real de valorização do capital se perde assim até o último vestígio, e a concepção do capital como autômato que se valoriza por si mesmo se consolida”: o capital enquanto sujeito subordinado ao processo de valorizar-se para existir é marcado pelo fetiche de multiplicar-se *ad infinitum*; o capital portador de juros, um “fetiche fetichizado” [fetiche do capital, que já é um fetiche] aprofunda o ocultamento do processo de valorização ao supor que pode prescindir do trabalho para valorizar-se e, assim, aparece como forma aprofundada do fetiche; o capital fictício ao supor a forma consolidada do capital portador de juros aprofunda a fantasmagoria da valorização espontânea ao seu limite máximo, portanto, é um aprofundamento do fetiche do capital portador de juros.

#### **4.12 A crise das finanças e a desmedida**

A crise inaugurada pela forma acabada do capital enquanto autômato criador de valor é a perda completa da autorreferência do capital, a desmedida. Quando o capital portador de juros e o capital fictício tentam se autonomizar em relação à produção e acreditam que podem valorizar-se à parte, na esfera financeira, a autonomia *relativa* vai paulatinamente se forçando para lograr uma autonomia *absoluta*, que, contudo, é um simples devaneio das finanças ante o sistema como um todo; cedo ou tarde a totalidade cobra o reescalonamento do sistema porque a efetivação das obrigações de compra e venda pressupõe o crédito como liame unificador, ou seja, há uma proporção na qual finanças e produção se complementam para o bom funcionamento do sistema.

Se a valorização fictícia do capital se exacerba – e, portanto, há descolamento entre a geração de riqueza financeira e riqueza real – a figura de complementariedade entre as

---

<sup>170</sup> “A formação do capital fictício chama-se capitalização.” (C, III, p.11)

duas esferas é desfeita e com isso o sistema pode entrar em colapso. A crise introduzida pelo capital portador de juros e pelo capital fictício como tentativa de autonomização financeira aparece como a desmedida da esfera financeira em relação à produção e a quebra do vínculo inquebrantável entre ambas.

A desmedida das finanças não é outra forma acabada de crise que compete com a LQTTL na explicação marxiana das crises. A despeito de termos apresentado o capital portador de juros, o capital fictício e as finanças após a LQTTL, é bom lembrar da anterioridade da lei à autonomização das partes do lucro. É por isso que, apesar de sua localização posterior em nossa apresentação, há precedência lógica (e portanto teórica) das determinações financeiras em relação à dinâmica da taxa de lucro (a própria taxa de juros é governada pela taxa de lucro). Ou seja, a LQTTL não depende das divisões do lucro para se expressar como causa da crise, sendo que a exposição dessa autonomização não introduz mudanças qualitativas na produção do lucro, somente em sua repartição entre as diferentes figuras de capitalistas, ou seja, *após* sua produção.

Portanto, a LQTTL, além de congrega todas as possibilidades abstratas da desmedida ganha sua última determinação, a desmedida das finanças, ou descolamento entre produção e finanças, duas esferas da economia capitalista que por serem intimamente ligadas não podem se autonomizar e romper o vínculo entre elas.

## 5. Conclusão

“[A] crise é a interrupção brusca do processo de valorização do valor, é o momento em que este processo sofre uma fissura inconciliável.”

(Jadir Antunes e Hector Benoit)

“As crises são sempre apenas soluções momentâneas violentas das contradições existentes, irrupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbado.”

(Karl Marx)

### 5.1 À Guisa de conclusão: as formas de manifestação e a essência da crise

A apresentação dialética da teoria da crise como parte da lógica do capital na obra madura de Marx foi completada no capítulo anterior. Nossa exposição guiou-se pela dialética materialista, fundamentada na apresentação de Grespan (2012), mas difere desta em certa medida. Enquanto o autor buscou explicar o estatuto de possibilidade ou necessidade da crise na obra de Marx nós percorremos as determinações progressivas do capital sob uma dialética entre *essência* e *aparência*, na busca pelo fundamento da crise em contraposição às formas indeterminadas pelas quais ela se manifesta na superfície do sistema.

Caminhamos, guiados pela lógica do objeto, expondo suas determinações constitutivas e as interversões que ele sofre no processo progressivo em direção ao concreto. Como Marx, partimos da aparência do sistema (forma mercadoria e esfera da circulação), adentramos a produção, visitamos a circulação do capital social e unimos,

sob concorrência, as esferas da produção e circulação, mediadas pelo crédito advindo da esfera financeira. Ao caminho trilhado na saturação do capital com suas determinações progressivas somou-se o esforço de entender os momentos nos quais a lógica do capital (autovalorização), ao ser negada, engendrava a crise.

Nosso trabalho confirma, por completo, as hipóteses lançadas no início da investigação. Confirmou-se que o capital é um sujeito contraditório por sua relação com a força viva de trabalho<sup>171</sup> e que as barreiras à valorização são oriundas da própria lógica interna do capital, somente parcialmente superadas e constantemente recolocadas pelo evoluir do sistema capitalista<sup>172</sup>:

*A verdadeira barreira da produção capitalista é o próprio capital, isto é: que o capital e sua autovalorização apareçam como ponto de partida e ponto de chegada, como motivo e finalidade da produção; que a produção seja apenas produção para o capital e não inversamente, que os meios de produção sejam meros meios para uma estruturação cada vez mais ampla do processo vital para a sociedade dos produtores. As barreiras entre as quais unicamente podem mover-se a manutenção e a valorização do valor-capital, que repousam sobre a expropriação e pauperização da grande massa dos produtores, essas barreiras entram portanto constantemente em contradição com os métodos de produção que o capital precisa empregar para seu objetivo e que se dirigem a um aumento ilimitado da produção, à produção como uma finalidade em si mesma, a um desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais de trabalho.*<sup>173</sup>

Essas barreiras engendradas pelo desenvolvimento do capital em sua busca por valorização mostram como, de fato, a crise deve ser buscada como expressão da essência autonegadora do capital e não em respostas externas à própria dinâmica interna do sistema capitalista. As barreiras à valorização foram sendo mostradas paulatinamente por nós

---

<sup>171</sup> “O capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa.” (C, I, p.189)

<sup>172</sup> “A produção capitalista procura constantemente superar essas barreiras que lhe são imanentes, mas só as supera por meios que lhe antepõem novamente essas barreiras e em escala mais poderosa.” (C, III, p.189)

<sup>173</sup> C, III, p.189

como a *desmedida*, ou seja, a perda de autorreferência do próprio processo capitalista. Apresentamos a relação-capital sendo paulatinamente determinada em graus crescentes de concreticidade e, desta forma, a desmedida foi também ganhando contornos cada vez mais concretos; a cada nova determinação do capital, expusemos, também, seus impedimentos à valorização derivados de sua lógica interna. Contudo, até que todas as abstrações fossem retiradas do modelo essas barreiras não podiam ser a explicação acabada da crise: são, portanto, *formas aparentes das crises* e não suas *causas* os impedimentos que atravancam o “bom” funcionamento do sistema, quais sejam, o fosso entre produção e consumo, a não fluidez das figuras de capital em seus ciclos na circulação, a inexistência de um fundo de reserva para reposição do capital, a desproporção intersetorial, o subconsumo e a autonomização das finanças ante o sistema. Estas *formas aparentes* da crise que aparecem como *desmedida* configuram-se como o *ser-aí* (aparência) e não a *essência* da crise porque não expressam a lógica do capital plenamente determinado sob concorrência, cabendo à LQTTL o papel da explicação acabada da crise. É por isto que a LQTTL não só desvela a *essência* da crise como pode explicá-la como sua *causa*, de um ponto de vista dialético, logo, como intervenção da lógica interna do capital.

## 6. Referências bibliográficas

ANTUNES, J. e BENOIT, H. *Crise: o movimento dialético do conceito de crise em O Capital de Karl Marx*. São Paulo: Tókhe, 2009.

BARAN, P. e SWEEZY, P. *Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

BELLUZZO, L. G. *O capital e suas metamorfoses*. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BLANCHARD, O. & DELL'ARICCIA, G. & MAURO, P. *Rethinking Macroeconomic Policy*. Journal of Money, Credit and Banking, Blackwell Publishing, vol. 42(s1), pages 199-215, 09, 2010.

CABALLERO, R. J. *Macroeconomics after the Crisis: Time to Deal with the Pretense-of-Knowledge Syndrome* Journal of Economic Perspectives, American Economic Association, vol. 24(4), pages 85-102, 2010 Fall.

CHESNAIS, F. *O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos*. In: CHESNAIS, F. (Org). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FOLEY, D. K. (2003). *Unholy Trinity: Labor, Capital and Land in the New Economy*. New York: Routledge.

GRESPLAN, J. *A crise na crítica à economia política*. Critica Marxista (Roma), São Paulo, v. 10, p. 94-110, 2000.

\_\_\_\_\_. *A desmedida da crise*. Discurso. Departamento de Filosofia da FFLCH da USP, São Paulo, v. 27, p. 117-139, 1996.

\_\_\_\_\_. *A dialética do avesso*, in *Critica Marxista* nº 14. São Paulo: Boitempo, 2002, pp. 26-47.

\_\_\_\_\_. *O Negativo do Capital: o conceito de crise na crítica de Marx à Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

\_\_\_\_\_. *Marx crítico da teoria clássica do valor*. Critica Marxista (São Paulo), São Paulo, v. 12, p. 59-76, 2001.

\_\_\_\_\_. *Uma teoria para as crises*. In: Plínio de Arruda Sampaio Jr. (Org.). *Capitalismo em Crise*. São Paulo: Sundermann, 2009, v. 1, p. 29-44.

HEGEL, G.W.F. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes, 2012

KRUGMAN, P. *The Profession and the Crisis*. Eastern Economic Journal (2011) 37, 307–312, 2011.

LANGE, O. *Say's law: a restatement and criticism*. In: LANGE, O., MCINTYRE, F. & YNTEMA, O. T. (eds.), *Studies in Mathematical Economics and Econometrics*. University of Chicago Press

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

LUXEMBURGO, R. *A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. 2a. ed. São Paulo, 1985, Nova Cultural, (Coleção Os Economistas).



MARINI, R. M. *Dialética da Dependência*. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm> (Último acesso: 26/07/2015)

MARX, K. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

\_\_\_\_\_. *Para a Crítica da Economia Política*. Coleção Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

\_\_\_\_\_. *O Capital – Crítica da Economia Política – Vol. I Tomo I*. Coleção Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. *O Capital – Crítica da Economia Política – Vol. I Tomo II*. Coleção Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

\_\_\_\_\_. *O Capital – Crítica da Economia Política – Vol. II*. Coleção Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. *O Capital – Crítica da Economia Política – Vol. III Tomo I*. Coleção Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. *O Capital – Crítica da Economia Política – Vol. III Tomo II*. Coleção Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. *Teorias da Mais-Valia. Volume I, II e III*. São Paulo: Difel. 1983

\_\_\_\_\_. *Teorias sobre la plusvalía: I, II e III*. México: Fondo de Cultura Económica. 1980.

MATTICK, P. *Marx e Keynes Os Limites da Economia Mista*. Lisboa: Antígona, 2010.

\_\_\_\_\_. *Monopoly Capital*. 1978 Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/mattick-paul/1966/monopoly-capital.htm> (Último acesso: 26/07/2015)

MIGLIOLI, J. *Acumulação de capital e demanda efetiva*. São Paulo: Hucitec, 2004.

NETTO, J. P. *Introdução ao método da teoria social*. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

PAULANI, L. M. *A Autonomização das Formas Verdadeiramente Sociais na Teoria de Marx: comentários sobre o dinheiro no capitalismo contemporâneo*. Economia (Brasília), v. 12, p. 49-70, 2011.

\_\_\_\_\_. *A Atualidade da Crítica da Economia Política*. Crítica Marxista (São Paulo), São Paulo, v. 10, p. 111-121, 2000.

PRADO, E. F. S. *Causa e efeito? Ou causa-efeito?* Disponível em: <https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2010/07/baixar-aula-61.pdf> (Último acesso: 26/07/2015)

\_\_\_\_\_. *Capitalismo e contradição*. Disponível em: [http://www.fea.usp.br/feaecon/media/fck/File/Eleuterio\\_Contradicao%20e%20Capitalismo.pdf](http://www.fea.usp.br/feaecon/media/fck/File/Eleuterio_Contradicao%20e%20Capitalismo.pdf) (Último acesso: 12/02/2015)

\_\_\_\_\_. *Da posição e da deposição do valor. Marx e o Marxismo - Revista do NIEP*, v. 1, p. 108-133, 2013.

\_\_\_\_\_. *Exame crítico da teoria da financeirização*. Disponível em: <http://eleuterioprado.files.wordpress.com/2013/09/exame-critico-da-teoria-da-financeirizacao.pdf> (Último acesso: 03/03/2013).

\_\_\_\_\_. *Lei de Marx: Pura Lógica? Lei empírica?*. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, v. 37, p. 119-142, 2014.

ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EdUERJ: Editora Contraponto, 2001.

SWEEZY, Paul. *A Transição do feudalismo para o Capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Coleção Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

THEUNISSEN, M. *Krise der Macht. These zur Theorie des dialektischen Widerspruchs*, In: *Hegel-Jahrbuch*. Köln: Pahl-Rugenstein Verlag, 1974.

ZIZEK, S. *A visão em paralaxe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008